



2 0 1 6

Produção: Agência Nativa Comunicação Integrada (49) (3554-0019)

Jornalista Responsável: Aline Andres JP/SC 0047

Editor : Alex Moraes

Projeto Gráfico: Marcelo Brito

Reportagens e fotos: Paula Patussi, João Soares, Fernanda de Villa e Alex Moraes

Arquivo fotográfico: Juanna Figueiredo, Kleberson Brocardo, acervo OAB Joaçaba e acervo particular dos presidentes

Agendas: Natália Oleinick, Viviane Ferranti e Miriam Geraldi

Supervisão Geral: Dr. Eleandro Roberto Brustolin, Dra. Elisangela Schaitel, Patrícia Beal Dariva e José Luiz de Souza Maliska

Dezembro de 2016.



RELAÇÃO PRESIDENTES E CONSELHO

Subseção: 3 – JOAÇABA

Data de Criação: 22.12.1971 Ata: 22.12.1971

Gestão: 1971 / 1973

Presidente: ANTÔNIO NUNES VARELA (FUNDADOR) - In memorian

Gestão: 1973 / 1975

Presidente: BRAZILIO CELESTINO DE OLIVEIRA - In memorian

Gestão: 1975 / 1977

Presidente: ALEXANDRE MUNIZ DE QUEIROZ - In memorian

Gestão: 1977 / 1979

Presidente: ADOLFO MAGALHÃES PEREIRA - In memorian

Gestão: 1979 / 1981

Presidente: NILTON JOSÉ DE CARVALHO -

Vice-Presidente: DARCI FUGA

Secretário Geral: RUDY ANTÔNIO THOMAS

Tesoureiro: CÉZAR ARMANDO BRANCHER

Gestão: 1981 / 1983

Presidente: DARCI FUGA

Gestão: 1983 / 1985

Presidente: JAIRE FORMIGHIERI DE ALMEIDA

Gestão: 1985 / 1987

Presidente: JERRI JOSÉ BRANCHER

Vice-Presidente: JOSÉ FRANCIO

Secretário Geral: ANA ELISA A. CALDART

Tesoureiro: DIRCEU ELIEZER MÜLLER RODRIGUES DIAS

Gestão: 1987 / 1989

Presidente: JOSÉ FRANCIO

Gestão: 1989 / 1991

Presidente: RUDY ANTÔNIO THOMAS - In memorian

Gestão: 1991 / 1993

Presidente: OSMAR DE MARCO -

Gestão: 1993 / 1995

Presidente: OSMAR DE MARCO

Vice-Presidente: LUIZ EUZÉBIO MALISKA

Secretário Geral: ODILON BACALTCHUK

Tesoureiro: JUAREZ FERREIRA DE OLIVEIRA

Gestão: 1995 / 1997

Presidente: LUIZ EUZÉBIO MALISKA

Vice-Presidente: ODILON BACALTCHUK

Secretário Geral: WANDERLEI ANTÔNIO MARIN

Secretário Geral Adjunto: NELSON BARBOSA

Tesoureiro: ILDO PORTZ

Gestão: 1998 / 2000

Presidente: NEIRON LUIZ DE CARVALHO -

Vice-Presidente: RENATO LUIZ THOMAS

Secretário Geral: FRANCISCO DE ASSIS DE LIMA

Secretário Geral Adjunto: CELSO FACIN

Tesoureiro: CARLOS ALBERTO CARLESSO

Gestão: 2001 / 2003

Presidente: RENATO LUIZ THOMAS -

Vice-Presidente: EZEQUIEL PIRES

Secretário Geral: GELSON LUIZ SURDI

Secretário Geral Adjunto: DANIEL MEIRA

Tesoureiro: CLÓVIS DAL CORTIVO

Gestão: 2004 / 2006

Presidente: RENATO LUIZ THOMAS

Vice-Presidente: DANIEL MEIRA

Secretário Geral: CINTHIA BESS

Secretário Geral Adjunto: FRANCISCO BARBOSA

Tesoureiro: DAVI ROMEO DADAT HUGEN

Conselheiros Titulares:

CLÓVIS DAL CORTIVO

DARCI FUGA

FÁBIO DE CARLI JÚNIOR

JOÃOZINHO DAL SASSO

ODILON BACALTCHUK

RICARDO JOSÉ NODARI

Conselheiros Suplentes:

CARMELA SAVARIS

ERNESTO JORGE VOGT

MIGUEL ANGELO FRANZÓI JÚNIOR

Gestão: 2007 / 2009

Presidente: ILDO PORTZ -

Vice-Presidente: CRISTHIAN MAGNUS DE MARCO

Secretário Geral: IVONIR LUIZ MAESTRI

Secretário Geral Adjunto: JERRI JOSÉ BRANCHER

Tesoureiro: JOÃO ALFREDO BELLÓ

Conselheiros Titulares:

ELEANDRO ROBERTO BRUSTOLIN

ZEFERINO COSTENARO

ANGELA MARIA FILIPINI

MAURO HENRIQUE MORESCO

NELSON BARBOSA

PEDRO MOROSINI

Conselheiros Suplentes:

SABINO JORGE SANGUANINI

GUNTER OTTO GRANDER

LEANDRO GETÚLIO GALVÃO

Gestão: 2010/2012

Presidente: CLÓVIS DAL CORTIVO

Vice-presidente: JERRI JOSÉ BRANCHER JÚNIOR

Secretário Geral: - ANDREIA LUCY PEREZ -

Secretário Geral Adjunto: MAGALI CRISTINE BISSANI

Tesoureiro: SILVÉRIO BALDISSERA

Conselheiros Titulares:

ELISANGELA SCHAITEI

JOSCIANE LOCATELI DE SOUZA

ODILON BACALTCHUK

IVO PEDRINHO PAGGI

MIGUEL ÂNGELO FRANZOI JÚNIOR

FLAVIO DE CARLI JÚNIOR

NELSON PRIMO

DANIEL MEIRA

SARA CRISTINA DAL SASSO

Conselheiros Suplentes:

MARCELO ZANONI

GEOVANA REGINA GUERRA PELICOLI

DAVI ANTONIO CERON

ERIKA DIAS CUNHA THOMAS

Gestão: 2013-2015

Presidente: JERRI JOSÉ BRANCHER JÚNIOR

Vice-Presidente: SILVÉRIO BALDISSERA

Secretária Geral: ELISANGELA SCHAITEI

Secretária Geral Adjunta: KELLY ALVES DOS SANTOS SCHACHT

Tesoureiro: ELEANDRO ROBERTO BRUSTOLIN

Conselheiros Titulares:

MIGUEL ANGELO FRANZÓI JÚNIOR

MAIKEL PATRZYKOT

PEDRO MOROSINI

FABIANE CHRISTOFOLI

FRANCISCO ASSIS DE LIMA

ERNESTO JORGE VOGT

DAVI GABRIEL PIRES

PRISCILA ISABEL DE CARVALHO GARCIA

CASSANDRA DRIESSEN PAVELSKI

SONIA MARIA HOHMANN SOLLA

CAMINA

VERÔNICA SOMMER DA SILVA

IVO PEDRINHO PAGGI

Conselheiros Suplentes:

CYRO THIAGO RECH

CRISTHIAN MAGNUS DE MARCO
FABIO MAESTRI
JANAINA BAREA CORBARI
JOSÉ LUIS DE SOUZA MALISKA
MARCELO AUGUSTO DE SOUZA
MATOS
DAVI ANTONIO CERON
GIOVANA REGINA GUERRA
PELICOLI
Gestão 2016/2018
ELEANDRO ROBERTO BRUSTOLIN
Presidente
ELISANGELA SCHAITEI
Vice-presidente
JOSÉ LUIZ DE SOUZA MALISKA
Tesoureiro
FABIANA MATZENBACHER
Secretária Adjunta
PATRICIA BEAL DARIVA

Secretária
Conselho Titular
ANGELA MARIA FILIPINI
CASSANDRA DRIESSEN PAVELSKI
DANIELA MERGENER BRANCHER
FABIANE CRISTÓFOLI
GIOVANA R. GUERRA PELICOLI
IVONIR LUIZ MAESTRI
MAICON SGANZERLA DE
CARVALHO
MAIKEL PATRZYKOT
MIGUEL ANGELO FRANZOI JR
RODRIGO NIEHUES BACHA
RONIEDSON FABRO
SONIA MARIA HOHMANN SOLLA
CAMINA
Conselho Suplente
IVO PEDRINHO PAGGI
JESSICA ROMEIRO MOTTA

JOSÉ GUSTAVO BALDISSERA
CONTE
LEANDRA BOGONI
LUCIANA CRISTINA ARGENTON
FERNANDES
MARCEL LUIZ VICCARI
MARCIO ANTONIO LOVATO
MARCIO JOSÉ FORNARI
MARCO AURÉLIO CASTAGNARO
MARIA HELENA CERINO DOS
SANTOS
MARIANE SENER NOGUEIRA
MARISTELA MARCHETTI DALL
OGLIO
RAFAEL PORTO VIECELLI
SIMONE TEREZINHA TIZIAN
THIAGO PIRES CANAL
VIVIANE FURTADO DA SILVA
WANDERLEI ANTONIO FIORENTIN

Palavra do presidente

Temos a honra de comemorar o 45º aniversário da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Joinville, a 3ª do Estado de Santa Catarina, a primeira do interior. 45 anos não é apenas uma contagem no tempo. é uma contagem de histórias de conquistas da advocacia e, por consequência, da sociedade.

Para melhor ilustrar esse feito, resolvemos nos voltar para dentro de nossa ordem, para a nossa história, através do depoimento dos presidentes que por aqui passaram e gentilmente se dispuseram a relatar seus testemunhos.

A presente versão *online*, além de ser o meio mais eficiente para chegar a todos pela rede mundial, permite que sejam acrescentadas novas histórias e outros elementos que deixaram de constar nesta primeira edição.

É apenas um ponto de partida para que tantas histórias de luta, garra e persistência não fiquem restritas aos seus personagens, mas que sirvam de exemplo a todas as gerações de advogados e advogadas que virão a frente.

Nós que hoje compomos a ordem devemos ser aprendizes e seguidores dos exemplos de retidão e amor à profissão que nossos antecessores transmitiram, honrá-los é a nossa missão!

“Entendemos que a história é vital para a formação da cidadania porque nos mostra que para compreender o que está acontecendo no presente é preciso entender quais foram os caminhos percorridos pela sociedade”, disse o historiador Boris Fausto.

Que este seja o primeiro passo para conhecermos as experiências vividas e o valor das conquistas, a fim de compreender nosso presente e buscar a evolução constante para aprimoramento do convívio social.

Agradeço a toda diretoria que desde o início apoiou esse projeto e muito se empenhou na busca das informações, registros e tudo o que foi necessário para chegar a essa primeira edição.

De igual forma, agradeço aos presidentes e familiares que prontamente aceitaram o desafio e de coração se submeteram ao presente trabalho para o registro dessa história de luta em prol de uma sociedade mais fraterna.

Grande abraço a todos e boa leitura!
Eleandro Roberto Brustolin.



OAB Subseção Joaçaba; 45 Anos

Tendo como objetivo principal “defender a Constituição, a Ordem Jurídica do Estado Democrático de Direito, os Direitos Humanos, a Justiça Social e a Pugnação das Leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas”, pelo Decreto nº 19.408, de 18 de novembro de 1930, foi criada a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, que tem ainda como objetivo “promover com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e disciplina dos advogados em toda República Federativa do Brasil”. Cabe à Ordem representar em juízo ou fora dele, os interesses gerais da classe, dos advogados e dos indivíduos, quando relacionados com o exercício da profissão. A Ordem dos Advogados do Brasil é constituída através de Conselho Federal, Conselhos Seccionais, Diretorias de Subseções e Assembleias de Advogados.

Em Santa Catarina no dia 1º de janeiro de 1933, na Sala dos Advogados, localizada na Praça Pereira Oliveira da capital Florianópolis, se deu vida legal à Corporação dos Advogados no país, pelo Decreto nº 22.039 de 1º de novembro de 1932, artigo 105, com presença dos membros do

Conselho Provisório para organização da Ordem dos Advogados do Brasil. Seguindo os mesmos anseios, na data de 22 de dezembro de 1971, foram criadas oito Subseções no Estado de Santa Catarina, entre elas, Joaçaba, a qual recebeu a Ordem de Terceira do Estado. Na mesma oportunidade, foram criadas as seguintes Subseções: Itajaí, Blumenau, Lages, Chapecó, Tubarão, Criciúma e Joinville.

A Subseção de Joaçaba abrange quatro Comarcas, sendo a sede na própria Joaçaba e as Comarcas de Capinzal, Catanduvas e Herval d’Oeste, atendendo aos 14 municípios que compõe as referidas Comarcas. Teve como presidente fundador o Dr. Antônio Nunes Varela, seguido pelos doutores; Brazilio Celestino de Oliveira, Alexandre Muniz de Queiroz, Adolfo Magalhães Pereira, Nilton José de Carvalho, Darci Fuga, Jaire Formighieri de Almeida, Jerri José Brancher, José Frâncio, Rudy Antônio Thomas, Osmar de Marco, Luiz Euzébio Maliska, Neiron Luiz de Carvalho, Renato Luiz Thomas, Ildo Portz, Clóvis Dal Cortivo, Jerri José Brancher Júnior e seu atual presidente, Dr. Eleandro Roberto Brustolin.

Os 45 anos da OAB/Joaçaba na visão de seus presidentes

Ao completar 45 anos de atividade, a Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Joaçaba, tem em seus presidentes, exemplos de empenho e dedicação não apenas pela entidade ou seus membros, mas por toda a comunidade, pela qual não houve medida de esforços para que todo cidadão tivesse seu direito à Justiça alcançado. Nas próximas páginas; um relato

histórico com homenagem aos presidentes já falecidos e narrações pelos próprios presidentes, personagens fundamentais para o sucesso da OAB Subseção Joaçaba e sua longevidade de quase meio século, mantendo-se como uma das mais antigas (3ª do Estado), experiente, atuante e respeitada de todo o Estado de Santa Catarina.

DR. ANTÔNIO NUNES VARELA (in memorian)

Gestão de 1971 a 1973.

Dr. Antônio Nunes Varela foi responsável pela instalação em Joaçaba da 3ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado de Santa Catarina, dando início à interiorização da Instituição. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Catarina em 1939, Nunes Varela, filho de Boaventura de Haro Varela e de Maria Nunes Varela, exerceu também o jornalismo e teve forte atuação política, inclusive exercendo o cargo de Deputado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina em sua 1ª legislatura (1947/1951). Joaçaba prestou suas homenagens a essa grande personalidade local, atribuindo seu nome a uma das principais vias públicas do importante Bairro Vila Pedrini.



DR. BRAZILIO CELESTINO DE OLIVEIRA (in memorian)

Gestão de 1973 a 1975.

Numa época de raros profissionais do direito, Dr. Bázilio Celestino de Oliveira exerceu a advocacia com domicílio em Joaçaba. Presidiu a recém criada Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil nos anos de 1973 a 1975.



DR. ALEXANDRE MUNIZ QUEIROZ (in memorian)

Gestão de 1975 a 1977.

A OAB/Joaçaba foi presidida por Dr. Alexandre Muniz Queiroz nos anos de 1975 a 1977. Dr. Alexandre foi Promotor Público de Boa Nova (BA) entre os anos de 1945/1947, vindo a Joaçaba para esse exercício profissional que exerceu entre 1947 a 1951. Foi Diretor da Faculdade de Administração de Joaçaba entre 1975 a 1977, acumulando referida função com a presidência da OAB. Em sua atuação profissional assessorou diversos municípios, dentre os quais Catanduvas, Campos Novos e Joaçaba.



DR. ADOLFO MAGALHÃES PEREIRA (in memorian)

Gestão de 1977 a 1979.

Dr. Adolfo Magalhães Pereira presidiu a subseção da OAB/Joaçaba no período de 1977 a 1979.



DR. NILTON JOSÉ DE CARVALHO

Gestão de 1979 a 1981.

Dr. Nilton José de Carvalho que anos mais tarde seria sucedido por seu irmão Dr. Neiron Luiz de Carvalho na presidência da OAB/Joaçaba, presidiu a Subseção no período de 1979 a 1981. Enquanto Nilton assumia a OAB/Joaçaba, João Figueiredo assumia a Presidência da República como o 30º Presidente, sob o regime militar. Naquele mesmo ano a primeira esposa; Eunice Michiles, assumiria o cargo de Senadora no Congresso Nacional e a imprensa já iniciava movimentos de fortalecimento com a criação da Associação Nacional dos Jornais. Graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – no ano de 1966. Especializou-se em Direito Público pela FURB, Blumenau no ano de 1975. Foi advogado atuante de 1967 a 1982. De 1967 a 1970 ocupou cadeira na Câmara de Vereadores de Joaçaba e de 1970 a 1977 foi Secretário Municipal neste município. Foi Diretor Geral da Fundação Educacional do Oeste Catarinense – FUOC – hoje UNOESC entre 1975 e 1977 e professor de Direito Público e de Direito Administrativo na Faculdade de Administração de Joaçaba – FAJO até o ano de 1983 e ainda, Chefe de Gabinete Parlamentar do Deputado Estadual Irai Zílio na Assembleia Legislativa de Santa Catarina entre 1983 e 1986

“Quando Presidente da OAB Subseção



Joaçaba, ocorreram os atentados no Rio Centro e na sede da OAB no Rio de Janeiro, causando a morte de Lígia Monteiro, secretária da entidade. Neste período ocorreu a aprovação da anistia dos crimes políticos, o que possibilitou o retorno dos exilados ao nosso país. Em termos regionais, houve a manifestação da Subseção favorável à criação da Faculdade de Direito junto a FUOC. Os advogados comprometeram-se em ceder suas bibliotecas à futura Faculdade. Também, a instalação da sala dos advogados no prédio da Justiça do Trabalho, com móveis e equipamentos. Lembro-me da saudação, pela Subseção, quando da colocação do retrato do Dr. Antônio Nunes Varella na sala dos advogados no Fórum anterior da Comarca, localizado no pavimento superior do prédio da prefeitura

municipal, na Praça Adolfo Konder. Também da homenagem póstuma ao Dr. Brazilio Celestino de Oliveira, ex-presidente da Subseção e ex-Senador da República no ato do sepultamento de seu corpo, no cemitério municipal de Joaçaba.

A OAB é a paladina da liberdade civil do Estado Democrático de Direito. Como Presidente posicionei-me dentro desses princípios e lutei pelo bom relacionamento com os então juízes, Dr. Wilson Eder Graf e Dr. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, depois desembargadores pelo Poder Judiciário, e com o Ministério Público, representados pelos doutores Olivério José Gomes e Luiz Carlos Freyslaben, também hoje desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Pugnei também pelo convívio, amistoso e leal, entre os nossos colegas advogados”.

DR. DARCI FUGA

Gestão de 1981 a 1983.

Dr. Darci Fuga assume a presidência da OAB/Joaçaba para o período de 1981 a 1983. Naquele período Luiz Inácio Lula da Silva e outros sindicalistas foram condenados à prisão por incitamento à desordem coletiva, Pelé recebe o título de atleta do século e o Presidente João Figueiredo sanciona a Lei de criação do Estado de Rondônia.

“Desde os primeiros anos escolares cultivei o desejo de me tornar advogado o que veio a se tornar real no dia 16 de dezembro de 1972, data em que coleí grau na Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo – UPF. Prestei compromisso e recebi a Carteira de Identidade juntamente com o Dr. Julio Cezar Zago, na sede da Subseção da OAB de Joaçaba, quando era presidida pelo Dr. Brazilio Celestino de Oliveira Junior, com quem aprendi os primeiros passos na advocacia em seu escritório. Já no ano de 1971 fazia minhas experiências como Solicitador Acadêmico. Em 1974 aceitei o convite do Dr. João Eduardo de Souza Varella para trabalhar em seu escritório. Naquele mesmo ano o Dr. Varella foi aprovado em concurso para a Magistratura Catarinense, de sorte que permaneci trabalhando naquela banca, todavia estabeleci parceria com o Dr. Nilton José de Carvalho, parceria esta que perdurou por dois anos já que o Dr. Nilton optou por residir na capital do estado.

No meu escritório de advocacia tive a satisfação de contar com a colaboração de advogados recém formados dos quais destaco o Dr. Erminio Amarildo Darold, hoje Juiz de Direito na Comarca de Chapecó; Dra. Josciane Locatelli de Souza, hoje procuradora da Caixa Econômica Federal; e em



datas distintas o Dr. Francisco Assis de Lima e Dr. Davi Hugen, respeitados profissionais na nossa Comarca. Hoje integro a sociedade de advocacia denominada de Darci Fuga Advogados Associados, tendo como sócia diretora a Dra. Liana Luiza Dall'Oglio Fuga. Ao longo de toda a atividade profissional dediquei-me a advocacia civil, comercial e trabalhista.

Destaco, por oportuno, que a advocacia me possibilitou o exercício do magistério superior na condição de Professor Titular das disciplinas de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Legislação Social I e II e Legislação Trabalhista nos cursos de Direito e de Administração em Joaçaba e Ciências Contábeis na cidade de Videira, mantidos pela Universidade de Joaçaba. A formação em Ciências Jurídicas e Sociais foi complementada pelo Curso de Pós-graduação na área de Ciências Sociais Aplicadas, opção em “Direito de Empresa”, pelo Curso de Pós-graduação em Administração; pelo Curso de Pós-graduação “Lato

Sensu” em Direito Civil; pelo Curso de Pós-graduação “Lato Sensu” em Ciências Jurídicas e pelo Curso de Pós-graduação “Lato Sensu” em Direito do Trabalho. De grande valia para o exercício da advocacia, entendo salutar destacar a minha formação técnica em Contabilidade.

Concomitantemente ao exercício da advocacia, ocupei os seguintes cargos junto a UNOESC:

- Secretário Geral da FUOC, hoje UNOESC-1970/75
- Assessor Jurídico UNOESC
- Vice-Diretor Geral da FUOC, hoje UNOESC-1983/86
- Diretor Geral da FUOC, hoje UNOESC-1986/90
- Presidente da UNOESC-1990/92
- Vice Presidente da UNOESC - 1992/95 (exercendo a presidência)
- Diretor do Curso de Direito da UNOESC-1991/94.
- Diretor Administrativo do Campus Aproximado da UNOESC, na cidade de Campos Novos -1996/97.
- Membro Titular do Conselho de Gestão da UNOESC-1999/2004.
- Professor dos Cursos de Direito,

Administração e Contábeis.

- Orientador de estágio do Curso de Direito

- Orientador de Monografia de conclusão de Curso de Direito

- Vice Presidente da ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais - 1988/90

- Presidente do Conselho Técnico da ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais - 1988/90.

Nos anos de 1991 a 1997, aceitei o desafio profissional que envolvia o conhecimento jurídico na área do Direito do Trabalho e Processual do Trabalho. Assim é que exerci o cargo de Juiz Classista Temporário de 1º Grau, Representando os Empregadores, perante a Vara de Trabalho de Joaçaba-SC, como Titular, no Triênio 91/94. Após, o cargo de Juiz Classista Temporário de 2º Grau Representante dos Empregadores junto ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Santa Catarina, como Titular, no Triênio 94/97. No exercício deste último cargo atuei como Membro Titular da Comissão para assuntos do Regimento Interno do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Santa Catarina no biênio 96/97. Em razão dos cargos antes referidos, fui eleito Presidente da Associação dos Juizes Classistas da Justiça do Trabalho da 12ª Região - Santa Catarina - AJUCLA. Biênio 94/95 e 96/97.

Sem prejuízo do exercício da advocacia, destaco minha eleição para o cargo de Vereador junto a Câmara Municipal de Joaçaba, nos anos de 1983 a 1988, na qual exerci a função de Secretário da Mesa Diretora e posteriormente a Presidente da Câmara. Dentre os cargos exercidos, destaco com muita honra a Presidência da Subseção da OAB de Joaçaba no período de 1981 a 1983, em cujas funções, procurei defender e bem representar a corporação e seus integrantes. Assim é que participei de

todas as reuniões de Presidentes de Subseções realizadas na Capital ou outra cidade catarinense. Neste período também intensifiquei a celebração de Convênios com casas comerciais e farmácias, médicos, odontólogos dentre outras atividades.

Toda ocasião em que ocorressem embates entre nossos colegas advogados com os representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público ou de outros Órgãos Públicos, reuniões eram realizadas para as providências que cada caso requeria. Finalmente, no dia 25 de julho de 2012 o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina na forma dos Provimentos 111/2006 e 139/2009 do Conselho Federal, me outorgou o Diploma de Advogado Jubilado por preencher os requisitos daqueles provimentos. Em minhas aulas reafirmava o princípio constitucional de que o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. Reafirmava que a Carta Magna, designara para o advogado uma tarefa ímpar para a formação sólida de um Estado Democrático de Direito.

Lembrava aos acadêmicos a lição do Juiz norte-americano, Dr. Sharswood citado por Rui Barbosa que afirmava: "O advogado não é somente o mandatário da parte senão também um funcionário do tribunal. À parte assiste o direito de ver a sua causa decidida segundo o direito e a prova, bem como de que ao próprio espírito dos juizes se exponham todos os aspectos do assunto, capazes de atuar na questão. Tal o ministério, que desempenhava o advogado. Ele não é moralmente responsável pelo ato da parte em manter um pleito injusto, nem pelo erro do tribunal, se este em erro cair, sendo-lhe favorável no julgamento. Ao tribunal e ao júri incumbe pesar ambos os lados da causa; ao advogado, auxiliar o júri e o tribunal, fazendo o

que o seu cliente em pessoa não poderia, por mungua de saber, experiência ou aptidão."

Exercer a advocacia, para jovens advogados, significa sinal de superação, de autoafirmação em um mercado tão disputado, onde muitas vezes os valores éticos dão espaço a mediocridade desmedida de muitos que buscam tão somente interesses pessoais. O mestre Rui Barbosa, novamente ensinando-nos sobre a advocacia, observa: "Na missão do advogado também se desenvolve uma espécie de magistratura. As duas se entrelaçam, diversas nas funções, mas idênticas no objeto e na resultante: a justiça."

Vale registrar a propósito os fundamentos da atividade do advogado, recordando a histórica Oração aos Moços, proferida por Rui Barbosa, em 1920: "(...) Legalidade e liberdade são as tábuas da vocação do advogado. Nelas se encerra, para ele, a síntese de todos os mandamentos. Não desertar a justiça, nem cortejá-la. Não lhe faltar com a fidelidade, nem lhe recusar o conselho. Não transfugir da legalidade para a violência, nem trocar a ordem pela anarquia. Não antepor os poderosos aos desvalidos, nem recusar patrocínio a estes contra aqueles. Não servir sem independência à justiça, nem quebrar da verdade ante o poder. Não colaborar em perseguições ou atentados, nem pleitear pela iniquidade ou imoralidade. Não se subtrair à defesa das causas impopulares, nem à das perigosas, quando justas. Onde for apurável um grão, que seja, de verdadeiro direito, não regatear ao atribulado o consolo do amparo judicial. Não proceder, nas consultas, senão com imparcialidade real do juiz nas sentenças. Não fazer da banca balcão, ou da ciência mercatura. Não ser baixo com os grandes, nem arrogante com os miseráveis. Servir aos opulentos com altivez e aos indigentes com caridade. Amar a pátria, estremecer o próximo, guardar fê em Deus, na verdade e no bem."

Dr. JAIRE FORMIGHIERI DE ALMEIDA

Gestão de 1983 à 1985.

A Subseção de Joaçaba foi presidida pelo Dr. Jaire Formighieri de Almeida, advogado inscrito na OAB/SC sob o nº 1277, nos anos de 1983 a 1985. Advogado formado pela Faculdade de Direito de Passo Fundo-RS no ano de 1969 e com aperfeiçoamento em diversas áreas do direito, relações humanas e psicologia, teve grande atuação social e comunitária, dentre as quais a de Fundador e 1º Presidente da Câmara Júnior de Joaçaba em 1970; Presidente do Automóvel Clube de Joaçaba em 1973; Fundador e 1º Presidente do Joaçaba Esporte Clube em 1978; Fundador e 1º Presidente da Guarda Mirim de Joaçaba em 1979; Cônsul Honorário do Grêmio Foot Ball Porto Alegrense em 1990, além de diversos cargos de assessoria e direção de clubes de serviços, entidades esportivas dentre essas Tribunais Desportivos, e ainda, Presidente da Comissão de Conclusão do Teatro de Joaçaba que realizou sua inauguração em 30 de agosto de 2003. Ainda hoje (2016) é membro do Conselho Deliberativo da Associação Atlética Banco do Brasil – AABBB de Joaçaba.

Cidadão Honorário de Joaçaba, título que lhe foi concedido em 1992, Dr. Jaire secretariou a 11ª Conferência Estadual de Advogados de Santa Catarina em 1976; foi Vice-Presidente da OAB/Joaçaba entre os anos de 1980 a 1982 e Presidente entre os anos de 1983 a 1985. Anos mais tarde foi o Primeiro Conselheiro eleito pelo interior do Estado de Santa Catarina. Através de votação individual, alcançou o



6º lugar na votação entre os 40 candidatos que disputaram o pleito naquela época, exercendo o cargo entre os anos de 1991 a 1993. Advogado de diversas empresas importantes de Joaçaba e Região, Dr. Jaire assumiu a Presidência da Subseção de Joaçaba em meio a uma maxidesvalorização do Cruzeiro enquanto tomavam posse os primeiros governadores eleitos após o Golpe Militar de 1964. Foi durante seu mandato que surgiram movimentos sindicais como a CUT – Central Única dos Trabalhadores - em São Bernardo do Campo-SP.

No esporte, sua paixão, Nelson Piquet tornava-se campeão e no final daquele ano a Taça Jules Rimet conquistada pela Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA de 1970 foi roubada da sede da CBF no Rio de Janeiro. Em Santa Catarina, o período ficou marcado por uma das maiores enchentes que atingiu também Joaçaba e região com o transbordamento dos rios que

cortam as cidades, em especial o Rio do Peixe. Dr. Jaire, relata:

“Vivíamos naquele período, a retomada da democracia no Brasil. Era momento de transição militar no país, com militares deixando o poder e a classe civil se organizando para o retorno do poder democrático. Vejo que a Ordem foi muito importante neste sentido – justamente por não pertencer e não defender nenhum partido político. Neste ponto considero que a participação da OAB apoiando a sociedade civil a retornar ao poder de forma democrática, foi algo muito importante. Na democracia, muitas vezes o cidadão lembra-se dos seus direitos, mas desconsidera os deveres. Entendo que a OAB sendo atuante na sociedade, consegue resultados efetivos junto a toda comunidade, tornando claro quais são os direitos e deveres da vida em sociedade.

Focado em nossa região, nesta época muitas audiências aconteciam entre o trajeto composto por Lages, Curitiba, Joaçaba e Chapecó, mas

não havia o asfalto ligando estas regiões, o que tornava o processo de deslocamento bastante dificultoso e demorado. Posso ressaltar aqui que, um homem liderou os trabalhos e se empenhou na resolução desta problemática para construção da BR 282, foi o senhor Alfredo Ítalo Remor, que era membro ativo da comissão pró-implantação da rodovia. Recordo que a sua construção foi realizada pela IMEC, que ficou sediada em Ponte Serrada para realização completa da obra e eu tive a oportunidade de ser advogado da empresa durante todo aquele período.

Em relação à presidência da Ordem, a década que me antecedeu não oferecia muitas reuniões, muitos contatos entre os membros da OAB, não havia participação efetiva dos membros da Ordem. Eu tinha 42 anos naquela oportunidade e um perfil mais reivindicador que buscava uma maior integração entre os membros da OAB. Um grupo de advogados me indicou dizendo que eu tinha um perfil de liderança. Eu já tinha no currículo o fato de ter assumido vários cargos em Joaçaba, entre eles na Câmara Júnior, desempenhei um trabalho bom pelos meninos menores de rua, um trabalho direto pelo esporte da cidade e eu tinha sido também presidente do Joaçaba Futebol. Estes trabalhos então acabaram me indicando como candidato a presidente da OAB. Concorremos contra a chapa que era situação e vencemos por um número significativo, comigo então assumindo a presidência da Ordem.

Na minha gestão, iniciei um processo de reunião quinzenal com os membros da classe e uma reunião mensal com as esposas e namoradas, porque visávamos mesmo uma integração completa, um verdadeiro convívio familiar. Nosso interesse era também na realização de reuniões

mais constantes com o Juiz, aproximando assim a OAB do Poder Judiciário de Joaçaba. Criamos uma diretoria social fazendo assim uma integração muito grande tanto dos membros como de outras categorias como engenheiros e médicos. O ponto mais importante desta época, que eu considero, foi termos aceitado concorrer à presidência com uma única exigência; não sermos reeleitos e criarmos uma política interna de não se perpetuar no poder, para assim termos na Ordem ideias variadas e outros pontos de vistas preponderantes. Por muitos anos isto deu certo, apenas de uma época para cá que alguns presidentes instituíram novamente o sistema de reeleição.

Quanto à evolução que o tempo nos ofereceu, recordo que usávamos máquinas de escrever Remington para fazer as petições, se errássemos lá no finalzinho, tínhamos que jogar tudo fora e começar de novo. Depois veio a máquina Olivetti que tinha a fitinha colorida que permitia corrigir umas palavras escritas erradas. Mais tarde veio a máquina da IBM, depois a Olivetti com memória e finalmente o computador que então gerou a grande transformação. Quando as audiências aconteciam em Concórdia, nós saíamos três horas antes para não perder a audiência podendo furar um pneu ou outro contratempo. Quando as audiências aconteciam em Porto Alegre ou em cidades do Paraná, nós viajavamos muito, por muito tempo. Hoje temos as petições em formato digital e praticamente temos o controle das ações nas quais atuamos, na palma da mão, o que facilita inclusive acompanharmos de forma mais efetiva as leis que estão sempre em constante evolução.

Na minha opinião, o que não evoluiu ainda foi a mudança nas penalizações para crimes hediondos ou do colarinho branco. Vejo que a nação brasileira não tem estrutura

para lidar com todos os meliantes do país e precisará de todas as formas com o tempo, corrigir erros e se adaptar a novas situações judiciais.

Eu fui presidente há 33 anos, a OAB estava na época com 12 anos de existência. Já naquele período tínhamos advogados de renome nacional em nossa cidade, como o doutor Brazilio Celestino de Oliveira, advogado brilhante, um dos maiores criminalistas que eu já vi atuar. Dr. João Eduardo de Souza Varela, nosso desembargador aqui em Santa Catarina. Dr. Alexandre Muniz de Queiroz, enfim, para mim que era jovem, eram advogados extraordinários que me fizeram acreditar muito nas pessoas, na justiça e nas leis. Com o tempo percebemos que o Poder Judiciário tem falhas, tem erros. Percebemos causas que estão encaminhadas, tudo certo dentro das provas, e quando chegam as decisões do tribunal, a sentença é inesperada e incompreensível. Também vejo causas que demoram hoje 10, 20 anos para serem resolvidas e eu não concordo com isto. Por isto vejo a importância da OAB trabalhar junto com a comunidade buscando o Estado Democrático e o Estado de Direito. A OAB se perpetuou todos esses anos justamente por reivindicar junto ao Poder Judiciário em favor da sociedade civil. Eu sempre trabalhei na minha vida com ideologia de compartilhar o poder, como exemplo a construção do Teatro Alfredo Sigwalt em Joaçaba, que eu atuei na diretoria também e deu certo a sua execução porque nós éramos integrados e compartilhávamos ações e responsabilidades. Hoje nos 45 anos, na presidência do Dr. Eleandro Brustolin vejo que temos um presidente muito bom, com muitos elogios à sua equipe e afirmo que a OAB atualmente está sendo muito bem conduzida”.

Dr. JERRI JOSÉ BRANCHER - In memorian

Gestão 1985 a 1987.

Foi durante seu mandato que Tancredo Neves foi eleito Presidente do Brasil por 489 votos contra 180 de Paulo Maluf na eleição presidencial indireta e que deu fim ao Regime Militar e que o Congresso Nacional do Brasil aprovou a emenda constitucional que estabeleceu eleições diretas para Presidente da República com dois turnos e data fixada para prefeitos das Capitais.

“Nasci na cidade de Viadutos, RS, no dia 04 de março de 1941, filho de Isidoro José Brancher e Herta Paulina Brancher, era o segundo de oito irmãos. Iniciei meus estudos no Colégio de Freiras daquele então distrito da cidade de Erechim, onde estudei até a quarta série. No ano seguinte, peguei voo para a Capital, junto ao meu pai, ainda em tenra idade, para estudar no Colégio Rosário, onde me formei no então Segundo Grau em Técnico de Contabilidade – minha primeira formação. Tive meu primeiro emprego no Jornal Correio do Povo, jornal pelo qual nutrimos amor até os dias atuais.

Aos 18 anos fui trabalhar no governo de Leonel Brizola, sendo assessor de gabinete do senhor Justino Quintano, então Secretário de Educação do Rio Grande do Sul. Neste período vivi intensamente a legalidade, encampada pelo saudoso Leonel Brizola, movimento que até hoje me orgulho em ter participado e que foi um marco na história deste país. No Golpe de 1964, estive ligado ao Movimento Estudantil, entre tantas situações vivenciadas, tive meu colega de república preso pelo Dops; Valcio Peixoto, hoje magistrado do Rio Grande do Sul, que socorreu-se a uma amiga em comum, filha de um General, para salvar-se. Somente não fiz companhia ao meu amigo Valcio durante a prisão pelo Dops porque não estava presente no apartamento naquele momento.

Ingressei na Pontifícia Universidade Católica – PUC – do Rio Grande do Sul para então iniciar meus estudos na



Faculdade de Economia, na qual tornei-me Bacharel no ano de 1968. Prestei concurso para o Denai, alcançando a classificação em 1º lugar, mas por meu envolvimento político jamais fui chamado para ocupar o cargo, mágoa que até hoje guardo daquela nebulosa e – graças a Deus – ultrapassada época. Frente a estes acontecimentos, fui convidado pelos Irmãos Maristas para ministrar aulas na Universidade, no curso de Economia. Naquela época prestei vestibular para a UNISC – Universidade de Santa Cruz – ingressando na Faculdade de Direito, depois transferindo-me para a PUC de Porto de Alegre, onde alcancei o Bacharelado em 1974. Logo na sequência comecei a trabalhar como Perito Trabalhista na capital, Porto Alegre.

O namoro com minha querida Joaçaba partiu de meu irmão – Dr. César Armando Brancher, o qual em 1971 recém formado em Direito pela Universidade de Passo Fundo – UPF – comprou nossa banca do Dr. José Algaci Guedes. Com uma carga insuportável de labor no nosso empreendimento, em 1974, após minha formatura, comprei 40 alqueires de terras e escreiturei-as em seu nome, preenchendo as promissórias e então liguei para ele convidando-o para vir trabalhar comigo. Disse que já era

fazendeiro, faltava apenas pagar a dívida, que por sinal, estava em seu nome. A banca dos irmãos, Brancher Advogados Associados, ficava situada na Galeria Pedrini, mudando-se depois para a Rua Francisco Lindner, e então para a “Casa Velha” da Rua Felipe Schmidt até o endereço atual.

Sempre lecionei além de ser advogado atuante. Comecei minha caminhada como professor em Joaçaba na antiga FUOC, no Curso de Administração, na cadeira de Economia Brasileira. Na companhia de colegas advogados, fundamos o Curso de Direito da Unoesc, sendo o primeiro coordenador do curso, onde lecionei Direito Civil até bem pouco tempo. Sempre fui apaixonado pela Ordem, presidi a Subseção e fui integrante do Tribunal de Ética e Disciplina da Seccional ainda quando sediado na capital. Em meu jubileamento, ouvi do Dr. César que a calma, a serenidade e a implacável tranquilidade eram minhas principais características. Há mais de 30 anos advogo em nome de partidos e empresas por todo o sul do Brasil e não abdicó da advocacia, tendo por ela ainda a mesma paixão de um estudante. Lembro e trago comigo o prazer de ter sido presidente e de ter feito parte da história da Ordem em Joaçaba e região”.

Jerry Brancher

Histórico cedido por Mirian de Fátima Reis Brancher e Jerri Brancher Júnior

Antes de atuar na advocacia e a frente de projetos importantes para a sociedade Joaçabense, Dona Mirian lembrou da juventude do Dr. Jerri José Brancher em Viadutos/RS e dos estudos iniciados em Porto Alegre no Colégio Rosário, incluindo os estudos de técnico em contabilidade. No mesmo sentido recordou que seu primeiro emprego se deu junto ao Jornal Correio do Povo, sendo após, nomeado aos 18 anos, oficial de gabinete, do Secretário Quintana do Governo de Leonel Brizola. Após a formação em Técnico em Contabilidade, passou a cursar Economia, junto a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS. Após a sua formação em Economia, inscreveu-se em concursos públicos, contudo, pela sua ideologia política nunca fora chamado para assumir, mesmo tendo alcançado a primeira

colocação. Diante desta impossibilidade passou a ministrar aulas na cidade de Taquari, e após este período, ingressou na faculdade de Direito, vindo a se formar na PUC do Rio Grande do Sul, onde também era professor de Economia Brasileira.

Após a formatura, foi convidado pelo seu irmão, Cesar Armando Brancher, já formado e integrante da OAB de Santa Catarina, para dividir a banca de advocacia com este, o que fizera no ano de 1975. Nesta época, por indicação de seu irmão passou a atuar junto a área trabalhista e empresarial, advogando para várias empresas. Nesta área, se empenhou para trazer à cidade de Joaçaba a Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho. Nos anos 80, abraçou o anseio da comunidade e se empenhou para trazer à Joaçaba o curso de Direito, tendo êxito nesta empreitada. Deste movimento, por ele capitaneado, resultou oficializada a formação do curso em 1985, iniciando-se as aulas no ano letivo de 1986, sendo que a primeira turma

formada na FUOC, hoje UNOESC leva o nome de Jerri José Brancher, curso que era restrito a Florianópolis, Blumenau, Joinville e Tubarão.

Após a instalação, vários advogados foram recrutados a serem professores, incluindo Dr. Jerri e por isso foram se especializar para dar sequência ao curso, pois na época não existiam professores qualificados para ministrar as aulas. Concomitante a implantação do curso de Direito, este foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Subseção de Joaçaba, no ano de 1986/1987, quando o Brasil vivia o fim da Ditadura, sendo eleito indiretamente o presidente Tancredo Neves, e com seu falecimento assumindo no seu lugar José Sarnei, sendo que a luta da Ordem à época era pelas eleições diretas. Após a presidência, foi ainda integrante do TED, em Florianópolis, por duas gestões, sendo ainda eleito Secretário Geral adjunto desta subseção, e por fim fora Vice Presidente do TED, quando era realizado nesta subseção”.

Dr. JOSÉ FRANCIO

Gestão 1987 à 1989.

Dr. José Frâncio, advogado inscrito na OAB/SC sob o nº 19469, presidiu a Subseção da OAB/Joaçaba no período de 1987 a 1989. Advogado formado pela Faculdade de Direito de Curitiba-PR em 1973, exerceu a advocacia em Joaçaba no período de 1974 a 1989, a partir desta data passou a integrar a Magistratura Catarinense, exercendo o cargo de Juiz nas Comarcas de Tangará, Campos Novos, Palmitos e Joaçaba, como titular, além de substituir em Concórdia, Videira, Caçador, Curitiba, Santa Cecília e Capinzal.

Mestre em direito pela UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí -



cumpriu sua jornada como Magistrado aposentando-se no ano de 2004. Dedicou-se também ao magistério, ministrando aulas como titular da cadeira de Direito Civil e Processual Civil na UNOESC - Universidade do Oeste Catarinense - em Joaçaba nos anos de 1986 a 2015, além de Professor e Coordenador da Escola Superior da Magistratura de Joaçaba. Iniciou sua gestão na OAB/Joaçaba no mesmo ano que foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves que resultaria na nossa atual Carta Magna. Naquele ano também Luiz Inácio Lula da Silva foi lançado candidato à Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores, feito que alcançaria anos mais tarde e Brasília tornava-se Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Sobre a advocacia Dr. Frâncio, como é reconhecido pela Advocacia Joaçabense, relata:

“Resumo minha carreira profissional assim; quando eu passei no concurso para Magistratura, estava no final do meu mandato da presidência da OAB em Joaçaba, há exatos 30 anos. Como Juiz trabalhei nas comarcas de Campos Novos, Joaçaba, Concórdia, Tangará, Santa Cecília e Curitiba. Atendi como Juiz por 15 anos até me aposentar e hoje continuo atuando como advogado, já há 13 anos. Não estou advogando com tanta intensidade, mas continuo. Me formei em 1973 e estou atuando há 43 anos. Me formei em Curitiba. Iniciei a faculdade em Petrópolis no Rio de Janeiro, uma vida provinciana, com faculdade católica entre os palácios dos imperadores. Estudei em seminários muito tempo também. Depois transferi meu curso para Curitiba e de lá vim advogar em Joaçaba. Fui professor da Unesc por 30 anos, encerrando minhas atividades como professor

exatamente em 2016. Estudei Filosofia e Teologia por muito tempo. Cursei o Mestrado, que foi o que deu direção à minha vida como professor. Fui presidente da OAB em Joaçaba de 1987 a 1989.

No período da minha gestão, havia uma instabilidade social e política, com uma inflação muito elevada, no entanto diferente dos dias atuais, havia maiores benefícios do governo e um grande campo de trabalho para atuar. Teve um período no Brasil em que a advocacia viveu uma fase de crise e as coisas não fluíram como deveriam. Os dois grandes motivos que me levaram a fazer a prova da magistratura foram a estabilidade profissional e também o grande sonho de atuar como Juiz. Se eu tivesse continuado poderia ter chegado a desembargador, mas eu não quis isto porque não queria sair de Joaçaba. Nunca quis desestruturar a família em busca de novos amigos, novos contatos, mesmo quando trabalhei em Campos Novos ou Concórdia, sempre morei em Joaçaba, ia trabalhar e voltava sem nunca desejar sair desta cidade.

Na época, os fatos sociais e políticos, no ponto de vista da OAB, levavam a uma preocupação com a classe dos advogados e estabilidade com a vida profissional e eficiência do Poder Judiciário no sentido de que houvesse uma prestação jurisdicional efetiva. Quando eu fui presidente da OAB, havia uns 30 advogados atuantes, depois foram aumentando gradativamente. A preocupação principal estava com o andamento processual, mas a configuração da atividade profissional na época tinha outra dimensão. Em cada Vara, havia uma média de 1.500 processos em andamento, hoje somente na Vara de Herval d'Oeste deve haver a média de 6 a 7 mil processos, tudo, para apenas um Juiz trabalhar em cima, o que inviabiliza o trabalho. As pessoas não imaginam mas o trabalho do Juiz é um martírio, tudo bem que você só faz isto, mas é preciso levar processos para casa

para analisar e trabalhar horas e horas em cima de um único processo. É um trabalho exaustivo e de extrema responsabilidade. Outra grande diferença daquela época era que uma audiência era marcada para 30 dias, 60 dias, no máximo quatro meses. Hoje uma audiência é marcada até para um ano à frente, conforme a Comarca, ou a quantidade de trabalho. Isto traz muita dificuldade ao retorno que a classe gostaria de dar à comunidade.

Algo que me lembro de maneira especial era da harmonia que reinava entre advogados, era muito boa. Fazíamos constantes reuniões na OAB, quando os advogados tinham uma reivindicação traziam ao presidente, que levava ao Juiz. Era possível dar assistência a cada um. Hoje é inviável, temos mais de 300 escritórios em atuação efetiva nos dias de hoje. A preocupação fundamental da minha gestão foi com a efetividade desta prestação jurisdicional fazendo com que a justiça fosse realmente um instrumento de pacificação, sempre na busca de melhorias, de modificações. Participei de inúmeros congressos no Estado como presidente. Hoje existem estes congressos que permitem atualização profissional, principalmente agora que há um novo Código de Processo Civil e costume dizer que; “o advogado que não se atualiza está morto”. Todo profissional agora tem que ter uma dedicação muito grande com as normas para fazer os procedimentos corretos. O profissional tem obrigação de atender as formalidades processuais.

Um detalhe também importante; nós vivíamos naquele momento na fase do fax e do telex. Xerox era a mídia que existia na época. Mandar um fax era uma novidade assombrosa. Hoje pegamos o celular e olhamos a imagem da pessoa que está do outro lado do mundo. Então eu sintetizo dizendo que a valorização da classe no sentido de proporcionar aos advogados mecanismos que conduzissem a uma

prestação jurisdicional rápida sempre foi tarefa fundamental da advocacia e também a harmonia entre os próprios advogados, criando um ambiente de confraternização, respeito e cooperação, já que a função do advogado é muito importante, ele atende fatos que atenta contra os direitos do cidadão. Só quem tem o seu direito violado é que sabe o valor do direito. Sempre se buscou esta harmonia entre os advogados e também junto ao Poder Judiciário. Daí a importância de acompanhar as tecnologias.

No que se refere aos interesses da categoria, sempre houve preocupação na remuneração do advogado, interagindo com o Judiciário mostrando a importância do trabalho da classe e estipulando honorários coerentes. Na época casos de grande monta tinham honorários insignificantes e os de pequenos valores, honorários em torno de 10 à 20%. Nosso trabalho foi adequar estas questões de forma coerente. Um problema da época era que os advogados não se contentavam com períodos de até 30 dias sem audiência, mas era compreensivo, o Correio mesmo aéreo era demorado, as diligências de Promotores de Justiça e Juizes para outras cidades eram por estradas de terra, longas e cansativas viagens.

Outra problemática que perdura até hoje é quanto a assistência judiciária para pessoas carentes. A Lei de Assistência Judiciária já vem de nossa época e prevê a obrigatoriedade de prestação de trabalhos às famílias carentes. A lei previa que a remuneração deveria vir do Estado, acontece que esta remuneração demorava até três anos para chegar e isto gerava um desconforto nos advogados. Como profissionais do direito e como ex-presidente da OAB nós entendemos nosso compromisso em atender as famílias carentes, até pelo compromisso feito no dia do julgamento ao receber a Ordem. Porém, a contrapartida do governo nem sempre

funcionou. Hoje parece estar mais adequada. O problema da época era sobre os critérios para se analisar quem era beneficiário ou não do serviço de assistência jurídica. Mas entendemos que o direito foi feito para todos, para ricos e para pobres e a grande maioria dos advogados tem consciência disto, tem responsabilidade social e presta serviços gratuitos para clientes de baixa renda.

Hoje tudo canaliza para o Poder Judiciário, a sociedade se tornou dependente deste poder, o acúmulo de processos está grande e isto tem culpa na administração pública, que gera tanta desigualdade social, desigualdade de regras... Para quê tanto mandado de segurança? Tanto descumprimento de normas? Porque o Estado e os servidores públicos não cumprem a lei e suas obrigações? Há mandados de segurança para que o funcionalismo público se adeque as normas jurídicas. Todo mandado de segurança é para defender o cidadão de um direito que já é certo. Os despachos semanais de liminares de mandados de segurança em todas as Comarcas são de diversas e diversas páginas.

Vejo então a OAB como entidade de uma importância extraordinária em todas as áreas, porque se busca a satisfação dos direitos de cada um e esta regra tônica deve guiar o advogado e para isto existe o profissional do direito. Esta preocupação foi um dos aspectos que nós procuramos privilegiar na época, para que os objetivos fossem alcançados. Por exemplo, você pode ser bem sucedido em uma causa, ganhar aquela ação e na hora da execução o réu não ter dinheiro para quitação da dívida. Fazíamos da OAB um mecanismo de troca de ideias para nos aperfeiçoarmos na prática logística e resolver estas situações. Hoje os encontros para estes debates continuam, percebo uma preocupação da atual presidência para isto e vejo que tem funcionado. O destaque fundamental é a importância da OAB na defesa dos direitos. Sempre que

acontece um fato social de repercussão do direito, a OAB deve se manifestar, interferir, colocar seu posicionamento social para que todos os cidadãos saibam da importância da entidade para toda a sociedade.

No Brasil se mudam tanto as leis que nem o próprio advogado consegue acompanhar. A OAB também auxilia os profissionais na busca por informações e serve de instrumento que cobra responsabilidade, seriedade e até punição aos advogados que não cumpram com os princípios morais e éticos contidos na norma. O estatuto da OAB sofreu grandes mudanças buscando se adequar a tudo isto, especificamente, nestes aspectos, criaram-se regras para que o advogado tivesse mais responsabilidade na execução da sua função social. A OAB está cumprindo um trabalho sério, responsável, organizado, evoluiu muito, tem bons recursos, presta muita assistência e orientação jurídica aos advogados, que hoje são muitos. A informática foi fundamental para isto. No meu tempo não era assim, mas hoje eu tenho todo meu escritório dentro do meu celular. São recursos que não conseguíamos imaginar, o mundo é outro, mas os problemas são os mesmos.

A OAB é um órgão de grande respeitabilidade, é importante se fazer presente na comunidade sempre que necessário. Sempre tivemos presidentes ativos, preocupados com a harmonia dos advogados. Podemos afirmar que a entidade sempre esteve presente e atuante. Eu entendo também que é importante estar próximo da imprensa. Quando eu era presidente e também quando era Juiz gostava de dar entrevistas semanais para veículos de comunicação para que a população tivesse direito a informações também na área jurídica. Procurou-se sempre combater os maus profissionais. Vejo que nestes 45 anos é muito complexo especificar todos os fatos, mas pode-se resumir que foram anos de muita harmonia e serviços prestados a toda nossa comunidade”.

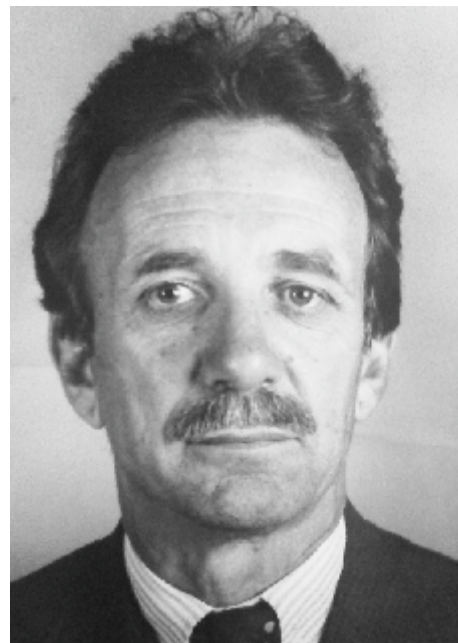
DR. RUDY ANTONIO THOMAS - In memorian

1º Gestão 1989 a 1991

O início de sua gestão coincidiu com a criação do Estado de Tocantins, tendo Palmas como Capital. A lei do Divórcio foi sancionada, com a redução do prazo de separação. Pela primeira vez depois do regime militar, o Brasil teve eleições gerais diretas. Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva passaram para o segundo turno, no qual o primeiro foi eleito Presidente da República.

Dr. Rudy Antônio Thomas nasceu em 06 de setembro de 1934 no município de Guaporé, estado do Rio Grande do Sul, filho de Innocência Thomas e Rosa Tirelli Thomas. Foi casado com Neide Anna Mattiuz

Thomas com quem teve três filhos; Silvana Rosa Thomas, Sibeles Aparecida Thomas e Renato Thomas. Colou grau em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1970 pela Universidade de Passo Fundo – UPF – e em Contabilidade pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC – na qual também lecionou. Advogado atuante, foi presidente da OAB Subseção Joaçaba entre os anos de 1989 e 1991. Rudy Antônio Thomas faleceu no dia 04 de dezembro de 2002, deixando o legado de seu trabalho ao filho Renato Thomas, que seguindo passos do pai, também presidiu a Ordem em Joaçaba.



Dr. OSMAR DE MARCO

1º Gestão 1991 a 1993. 2ª Gestão 1993 a 1995

Presidente da Subseção da OAB de Joaçaba por duas vezes (1991-1993 e 1993-1995), Dr. Osmar De Marco teve formação em Direito pela Universidade de Passo Fundo-RS em 1973, com especialização em Direito Civil e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, exerceu a profissão de advogado desde sua graduação na cidade de Joaçaba, sendo sócio fundador do Escritório de Advocacia De Marco & Advogados Associados S/C onde atualmente também atua seu filho Dr. Cristhian Magnus De Marco (OAB/SC 12059). Conjuntamente com a advocacia, exerce desde o ano 2001 o cargo de Procurador Jurídico Geral da FUNOESC – Fundação Universitária do Oeste Catarinense, UNOESC –



Universidade do Oeste Catarinense e HUST – Hospital Universitário Santa Terezinha.

Dedicou grande parte de seu tempo também à magistratura, onde exerceu cargos de Professor no curso de Direito da UNOESC/Joaçaba e cargos de direção como Diretor da Faculdade de Administração de Joaçaba – FAJO; Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas da UNOESC/Joaçaba e Diretor do Curso de Direito da UNOESC/Joaçaba.

Na Ordem dos Advogados do Brasil sempre teve grande participação, tendo exercido, além dos períodos de Presidência, o cargo de Delegado da Caixa de Assistência dos Advogados em Joaçaba no período de 1976 a 1990; Conselheiro Estadual da OAB/SC no período de 1995/1997; Conselheiro Estadual Suplente da OAB/SC no período de 1998/2000 e Conselheiro Suplente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SC no período de 2004/2006.

Em 1991 entra em vigor o Decreto nº 1, conhecido como Lei dos Royalties, que regulamenta o pagamento de royalties aos municípios produtores de minério e de energia elétrica e Ayrton Senna conquistou seu terceiro título mundial de Fórmula 1 no Japão. Já seu segundo mandato foi marcado pela realização do Plebiscito de 1993 sobre a forma e sistema de governo em que funcionaria o Estado brasileiro. O plebiscito indicou que o Brasil continuaria a ser uma República Presidencialista. Neste mesmo ano, o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso anuncia o programa de estabilização econômica, criando a URV – Unidade Real de Valor, que depois transformou-se na moeda atual: o Real.

“Fui presidente da OAB na primeira gestão, de 1991 a 1993 e na segunda gestão de 1993 a 1995. Vivíamos naquele momento os primeiros anos da saída do regime militar e entrada na democracia novamente. Era um período que previa o desenvolvimento do país, inclusive no que

diz respeito a expansão do Ensino Superior e abertura de novos cursos de Direito, fato que mudou a advocacia no Brasil. Quando fui presidente, na Subseção de Joaçaba éramos em torno de 50 advogados, hoje quase 500. Não tínhamos instrumentos eletrônicos ou digitais como hoje. Um advogado com bom investimento tinha no máximo uma máquina IBM ou uma máquina de escrever com fita corretiva. Por outro lado, tínhamos mais contatos diretos com outros advogados, promotores, juízes e assim, um auxílio maior e fraterno entre a classe bem como, com toda a comunidade. Como presidente da Subseção, tive a felicidade na época de ter como presidente da Seccional o Conselheiro Amauri João Ferreira, com o qual tinha bom relacionamento e começamos os investimentos aqui em Joaçaba conseguindo fundos para aquisição da sede própria. Esta sala aqui (sala de reuniões da OAB) foi comprada em minha gestão e depois quando me sucedeu o Dr. Luiz Euzébio Maliska e eu passei a ser Conselheiro Estadual, conseguimos efetuar a aquisição das duas outras salas que constituem hoje a sede da OAB, no centro de Joaçaba, tornando-se um referencial para todos os advogados da região. Considero até hoje como um grande feito e uma grande conquista para a Ordem. Depois da Constituição de 1988, passamos por um período instável de toda Nação Brasileira. Com investimentos escassos, as pessoas sabiam viver com menos. Carros com menos equipamentos, instrumentos e equipamentos sem tecnologia. Quase todos os advogados da Subseção tinham o mesmo padrão de vida, bom, mas não alto. Naqueles anos apenas pessoas muito abastadas poderiam comprar por exemplo, um carro com câmbio automático. Com as mudanças de moeda e de governo, os advogados participavam das atividades políticas muito mais do que hoje. Estávamos acostumados a trabalhar com apenas dois partidos políticos; MDB e ARENA. Com a Constituição permitindo a criação de novos partidos políticos, precisamos aprender a lidar com esta novidade, então era preciso se atualizar.

Nós sempre acompanhamos de perto a Magistratura, o Ministério Público, a criação da Vara da Justiça Federal e o que foi efetivamente marcante? Na minha gestão conseguimos reiniciar os Colégios de Presidentes que eram reuniões dos presidentes de Subseções com a Seccional,

o primeiro encontro aconteceu aqui em Joaçaba e conseguimos tornar rotina que isto se repetisse a cada dois meses. Realmente dedicávamos parte de nosso tempo profissional e pessoal para ações dentro da própria OAB. No início éramos profissionais liberais - efetivamente profissionais liberais - tendo um ou dois advogados atuando num mesmo escritório. Até hoje em Joaçaba não temos escritórios com grande número de advogados, digamos assim, como empresas do setor de direito. Temos muitos escritórios, mas não com enorme número de advogados em cada um. Os profissionais eram procurados pelo seu próprio nome. Hoje a situação é bem diferente. A Subseção cresceu, depois o Conselho Estadual permitiu a criação de Comissões e mesmo o Conselho das Subseções. Na minha época a diretoria era composta apenas por presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Depois, teve início o curso de Direito em Joaçaba que proporcionou aumento no número de profissionais e então as mudanças que levaram a atual estrutura e funcionamento.

A OAB atualmente consegue reunir seus advogados para realizar este atendimento à comunidade. Hoje os advogados estão envolvidos em todos os setores, sendo Judiciário, Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho... Ao formarmos o bacharel em Direito, o profissional tem várias opções de onde ele pode trabalhar. Isto levou e ainda leva muita gente a procurar o curso de Direito da Unoesc em Joaçaba e o mesmo acontece em todas as demais regiões. Há poucos anos foi criada a Defensoria Pública Estadual, mas com poucos profissionais. Isto faz com que o próprio curso de Direito da universidade atenda mais o cidadão do que a própria Defensoria Pública, porque os acadêmicos precisam estar neste contato direto com a comunidade para realizar o seu trabalho e adquirir experiência. Com a nova Constituição o Direito tornou-se mais dinâmico e sua atualização é praticamente diária. Agora, estamos com o Novo Código do Processo Civil e o advogado precisa se inteirar destas mudanças. As pessoas alheias ao Direito até não entendem porque tantas mudanças a cada momento, mas com a dinâmica do país, em todos os setores as adaptações são necessárias inclusive com as novidades diárias da tecnologia. É

preciso se atualizar e prever o que pode acontecer. Eu continuo apaixonado por biblioteca, por livros, parece que vejo melhor as imagens do que no e-Book, mas não podemos em hipótese nenhuma ignorar a tecnologia. É importante salientar que é uma dificuldade acompanhar o processo digital, porque cada Justiça tem o seu próprio sistema, cada Estado tem seu próprio sistema. Acredito que muito em breve será necessário unificar porque hoje temos sistemas mais adiantados e outros muito atrasados. Isto exige muito do profissional, que além de acompanhar as mudanças na Lei, precisa acompanhar o que a tecnologia oferece.

Quanto às ações da OAB em Joaçaba em relação ao Fórum de Herval d'Oeste e Catanduvas; nós defendíamos que era muito mais vantajoso que o Fórum de Joaçaba fosse regional e em Herval d'Oeste e Catanduvas uma Vara do Juizado Especial pudesse estar nestes municípios, mas não com a estrutura de um Fórum como temos hoje. Vejam o caso da vizinha Herval d'Oeste, é um Juiz e um Promotor, ou seja, é humanamente impossível trabalhar com o número excessivo de

processos a serem julgados. Quando se estipulou que cada município com mais de 10 mil habitantes teria um Fórum, não se previu a problemática que isto iria originar. Catanduvas são menos processos, mas igualmente difícil. Se no Fórum de Joaçaba trabalhássemos com quatro ou cinco Juizes, seria muito mais fácil e ágil. Os Juizes na medida do tempo vão passando de Comarca em Comarca de acordo com sua categoria. Com estas mudanças ocorrem atrasos devido a necessidade de leitura, de inteiração dos casos tratados. Falando nisto, lembro também que na minha gestão conseguimos implantar em Joaçaba a Vara da Justiça Federal em razão da Delegacia da Justiça Federal.

Destes 45 anos da OAB de Joaçaba, eu estou há 42 anos como membro da Ordem. Lembro bem de quando tínhamos na presidência da OAB os doutores Antônio Nunes Varela, depois Brazilio Celestino de Oliveira e então Alexandre Muniz de Queiroz, que foi com quem realmente começamos a ter atividades sociais e políticas como uma Subseção. Dr. Varela e Dr. Brazilio conseguiram a implantação da Subseção, foram os primeiros passos da

Ordem aqui em Joaçaba. Eram advogados de renome estadual. Onde havia uma reunião, um encontro, uma conferência ou Colégio de Presidentes, nós íamos todos. Vivíamos este conagraçamento. Mais recentemente atuei na Caixa de Assistência, fui da diretoria da OAB, fui Conselheiro da Seccional, atuei como Conselheiro do Tribunal de Ética e somente há pouco tempo é que passei a ter somente o cargo de "ex-presidente", porque senão, durante todo o tempo, estive presente na OAB e com bom relacionamento com outros membros da classe e profissionais do meio. Joaçaba sempre foi bem receptiva com a Ordem, que por sua vez manteve um alto padrão de advocacia, justamente por ser um órgão que rege e que penaliza a classe. Talvez seja realmente a única classe que penalize e condene seus membros, quando os mesmos fogem da conduta ética aceitável. A formação do advogado é humanista. Não é uma formação que prevê "ganhar dinheiro". É uma formação que prevê o interesse do cliente, exige estudo, exige pesquisa e eu confesso ser um apaixonado pela OAB e também espero continuar acompanhando tudo de perto, até quando Deus me permitir".

Dr. LUIZ EUZÉBIO MALISKA

Gestão 1995 a 1997

Foi durante o início do mandato do Dr. Luiz Euzébio Maliska que Fernando Henrique Cardoso tomou posse como Presidente da República, a quem foi atribuída a conquista da estabilidade econômica do País através do controle da inflação, dando início ao crescimento econômico do Brasil.

"Em 20 de dezembro de 1975 tornei-me Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Passo Fundo, RS e prestei compromisso perante a OAB seccional do Rio Grande do Sul no ano de 1977. Quando da minha transferência para Joaçaba no ano de 1979, havia apenas 12 advogados militantes e eu fui o 13º, que coincidentemente, minha inscrição na



Seccional Catarinense é o nº 3113. Na oportunidade em que aqui cheguei o fórum da Comarca de Joaçaba estava

localizado no prédio da Prefeitura Municipal tendo como juizes o Dr. Eder Graef e o Dr. Francisco de Oliveira Neto

- o Chicão - e como promotor de justiça o saudoso Dr. Olivério, conselheiro dos advogados e uma figura ímpar na sociedade Joaçabense. Depois de galgar os cargos de tesoureiro, secretário e vice-presidente da Subseção de Joaçaba, tomei posse como presidente da Subseção para o triênio 1995/1997, cargo recebido do Dr. Osmar de Marco.

Cumprido o triênio na qualidade de presidente, não aceitei concorrer à reeleição. Em sequência, aceitei participar como membro do Tribunal de Ética e Disciplina, sediado em Florianópolis e posteriormente no 5º TED com sede em Joaçaba. E após um intervalo, hoje integro a 3ª Câmara de Julgamento do TED com sede em Chapecó. Assim, nesses meus quarenta anos como advogado militante, participei das lides obianas aproximadamente uns trinta anos. Participei do Lions Clube Cruzeiro chegando ao cargo de vice presidente do Clube entre outros. Foi neste período em que o Clube encampou a construção do CPJ, local destinado a eventos e feiras da Indústria e Comércio de Joaçaba. Cheguei também ao cargo de Presidente da APP do Colégio Marista Frei Rogério.

Vamos falar um pouco da força da OAB. Quando assumi a presidência da Subseção a Vara da Justiça Federal estava instalada precariamente no prédio do INSS - antigo INPS - sendo que o corredor que dava acesso era tão estreito que duas pessoas um pouco obesas não passavam. Até que um dia, recebi um telefonema do então presidente da Seccional Dr. Fernando Carioni me avisando que a Vara Federal de Joaçaba seria transferida para a cidade de Lages e pediu que interviéssemos para que isto não viesse acontecer.

O Juiz da Vara Federal era o Dr. Alcides Vitorazzi e o procurei para buscar informação a respeito, o qual confirmou a notícia. Diante disso, a primeira coisa a fazer foi a busca por um local que oferecesse as condições necessárias para o funcionamento da Vara. Depois de muita pesquisa veio a ideia do piso superior da Caixa Econômica Federal que estava em desuso. Porém, nos deparamos com uma dificuldade. Tal local não poderia ser alugado ou cedido para terceiros.

Buscamos então apoio junto as entidades de classe, clubes de serviços, Prefeitura e Câmara de Vereadores. Encontramos apoio também junto ao Colégio de Presidentes da OAB, realizado na cidade de Lages, então presidido pelo Dr. Fernando Carioni, ocasião em que foi aprovada uma moção de apoio a permanência da Vara Federal em Joaçaba, assim como também, na ocasião, foi aprovada remessa de ofício ao TRF para que fosse criada a Vara Federal de Lages.

Depois de muitos contatos inclusive com o presidente da Caixa Econômica Federal Sérgio Cutolo, o qual se sensibilizou com o problema e concordou em ceder, pela primeira vez na história da Caixa Econômica, parte das acomodações de um prédio da instituição para outro órgão federal. À OAB de Joaçaba, já na nova Vara Federal, possuía uma sala ampla para os advogados e foi equipada, mobiliada e decorada pela Seccional. Quando da inauguração das novas instalações era presidente do TRF da 4ª Região a Desembargadora Federal Ellen Greice que se fez presente ao evento juntamente com outros Juizes Federais. Após, foi servido uma "codornada" nas dependências do Sesi, hoje Unoesc.

Nos dias 11 e 12 de abril de 1997, a Subseção de Joaçaba, sediou o Colégio De Presidentes de Subseções da OAB - SC. Na verdade tal colégio estava designado para Chapecó, porém, o presidente daquela Subseção Dr. Valdemar Capeletti foi acometido de aneurisma cerebral e teve que ser transferido as pressas para Porto Alegre, aproximadamente 45 dias antes da realização do Colégio, motivo pelo qual, a pedido do então presidente Dr. Fernando Carioni, passamos a organizar o evento. Vale aqui destacar que neste Colégio, dentre tantos outros, foi debatido e aprovado, moção de apoio ao pedido de impeachment do então governador do Estado de Santa Catarina Paulo Afonso Vieira. O encerramento foi coroado com um jantar-baile no Clube Cruzeiro com a participação também dos advogados da subseção e esposas.

Devo ainda fazer referência que no exercício do meu mandato como

presidente da Subseção de Joaçaba, ocorreu a aquisição completa do 5º andar do Edifício Itamaraty. Na gestão do meu antecessor Dr. Osmar de Marco, houve a aquisição de uma sala, a de frente, onde hoje está o gabinete do Presidente, sala de reuniões e secretaria. Como ambicionávamos em ter um Auditório, assim como a possibilidade da instalação dos serviços fornecidos pela Caixa de Assistência, buscamos apoio junto ao Presidente da Seccional Dr. Fernando Carioni, o qual acenou favoravelmente. Então partimos para as negociações, uma vez que a sala do meio já estava vendida para terceiros, procuramos negociar com o proprietário a troca por outra sala no andar de cima, o que resultou positivamente e assim pudemos adquirir a totalidade do 5º andar e com isso a instalação de Gabinetes dentários e outros serviços da Caixa de Assistência aos Advogados Catarinense, assim como, instalamos um belo auditório, que serviu de local para os julgamentos do 5º Tribunal de Ética e Disciplina e é o local das reuniões e deliberações da Subseção de Joaçaba. Nossa sede é muito elogiada pelas demais Subseções.

Pode-se dizer que todas as atividades propostas pela Ordem vêm de encontro com as necessidades dos munícipes. Sempre se procura o melhor atendimento. Hoje percebemos que os cidadãos de baixa renda, encontram certa dificuldade em ter acesso à justiça, porque até pouco tempo atrás, quem efetuava a triagem para o atendimento gratuito era a própria OAB, o Estado por sua vez ressarcia posteriormente o advogado que atendia a causa. Antes do advento do Defensor Público havia na Subseção aproximadamente 300 advogados para atender 14 municípios da subseção. Com a criação da Defensoria Pública, é apenas um Defensor Público para atender toda a região, por isso a maioria dos necessitados ficam sem atendimento. Esta problemática acaba sendo amenizada pelo atendimento da Sajuco por parte da Unoesc, mas ainda assim, casos acabam acumulando e geram a conhecida demora na resolução das causas.

Sou do tempo em que a inflação era de 84% ao mês. Em 1994 foi criada a URV - Unidade Real de Valor. Naquele

período da história, o salário do cidadão equivalia a 16% do que previa sua folha de pagamento, o restante era inflação. Lembro também que com a criação da moeda Real, vivemos um período em que nossa moeda era mais forte que o Dólar e foi nesta época que iniciaram os processos de importações no Brasil, principalmente a onda dos automóveis importados, então percebo que politicamente oscilamos de tempos em tempos e hoje voltamos a pagar um preço alto pelos erros cometidos no passado.

Ainda na presidência da Subseção tivemos o privilégio de participar do primeiro Baile do Advogado a nível estadual, em Florianópolis, a convite do presidente da Seccional e daí veio a ideia de trazer evento similar para Joaçaba. Assim, nos anos de 1996 e 1997, realizamos o primeiro e segundo Baile do Advogado, no sentido de agregar a classe. O primeiro baile foi marcado pela presença viva da Deusa Atena representada pela elegante Giza Beleganti a qual permaneceu no saguão do Clube afim de recepcionar os advogados, advogadas e demais convidados e para dar início ao Baile a mesma desfilou pelo

salão. Éramos em 87 advogados na Subseção e conseguimos realizar um baile com mais de 300 pessoas no Clube 10 de Maio. Devo muito a minha esposa que além de colaborar diretamente teve a ideia da presença da Deusa Viva no evento. Para agradecer os advogados, no 1º Baile, fizemos o sorteio de duas TVs 29, que recém havia sido lançada no mercado, sendo que uma delas quem ganhou foi o então secretário Vanderlei Antonio Marim - in memoriam.

Criamos o cargo de Delegado. Capinzal era a maior Comarca depois de Joaçaba e que já naquela época tinha advogados suficientes para criação de uma Subseção, mas os advogados lá militantes não tinham interesse. Então, sugeri que os advogados de Capinzal elessem um nome que seria nomeado como Delegado. Foi escolhido o Decano - advogado mais velho de Capinzal - Antônio Maliska Sobrinho como o primeiro Delegado, que representaria os advogados de Capinzal em atos oficiais e seria o interlocutor entre a Diretoria da Subseção e os advogados da cidade. Naquela época todos os cursos eram presenciais, então havia dificuldade em

conseguir bons palestrantes, mesmo assim realizamos cursos muito bons, como por exemplo: o curso em Direito Civil, ministrado pelo desembargador Dr. Eder Graf. Também recorde do curso em Processo Civil com o Dr. Fachini, então professor da UFSC. Tudo isto que relatei foi registrado em fotografias, muitas das quais repasso nesta oportunidade para divulgação.

Participar da OAB é doar um pouco de si em prol de um bem maior traduzido nos mais de 500 advogados de nossa Subseção e de todos os advogados do Estado de Santa Catarina, porque, sem estes abnegados advogados dirigentes e colaboradores da OAB o que seria da Instituição? Sinto-me orgulhoso e realizado de poder ter sido o Presidente dos Advogados da Subseção de Joaçaba por três anos, assim como de poder continuar servindo a OAB Catarinense, no sentido de punir os maus advogados e de absolver aqueles que injustamente foram representados. Parabéns a atual diretoria que teve a brilhante ideia de resgatar a história dos 45 anos de existência da Subseção de Joaçaba, a 3ª a ser criada no Estado de Santa Catarina”.

Dr. NEIRON LUIZ DE CARVALHO

Gestão 1998 a 2000

Em 1998 assumiu a presidência da OAB/Joaçaba Dr. Neiron Luiz de Carvalho, advogado inscrito na OAB/SC sob o nº 2479.

Natural de Joaçaba-SC, formou-se no curso de Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC - no ano de 1976, passando a militar na advocacia desde aquela época em Joaçaba onde é Sócio Fundador e Diretor do escritório Carvalho & Marin Advogados Associados (OAB/SC 627/01), onde ainda exerce sua profissão juntamente com os dois



filhos Dra. Priscila Carvalho Garcia (OAB/SC 15481) e Dr. Rafael Carvalho (OAB/SC 30300).

Pela Ordem dos Advogados do Brasil exerceu diversos cargos, iniciando pela Presidência da Subseção de Joaçaba em 1998 e após Conselheiro Estadual da OAB nas gestões de 2001/2003; 2004/2006 e 2010/2012. No interstício de 2007 a 2009 Presidiu o V Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SC, além de ter exercido a Presidência de diversas outras entidades como o Clube 10 de Maio de Joaçaba-SC e a SCAJHO – Sociedade de Cultura Artística Joaçaba e Herval d'Oeste.

Quando da sua presidência da OAB/Joaçaba testemunhou o início da vigência do Novo Código de Trânsito Brasileiro e a Lei Pelé, que passou a estabelecer novas regras para o esporte brasileiro. Ainda no início de seu mandato ocorreu a recusa pelo Tribunal Superior Eleitoral do registro de candidatura do ex-presidente Fernando Collor de Mello à Presidência da República na eleição de 1998, na qual Fernando Henrique Cardoso foi reeleito em primeiro turno, tornando o primeiro Presidente Reeleito no País. Sob sua visão, descreve a atuação na advocacia e na OAB:

“Eu recorro que na época não tinha pretensão em ser presidente da Subseção, mas após conversa com alguns advogados pensamos em fazer um movimento de renovação. Sempre tivemos um pensamento em comum entre nós advogados em relação a não-reeleição, para que houvesse sempre renovação de pensamentos e ideias. Naquele momento entendemos que seria preciso fazer um movimento em prol de melhorar o dia a dia do

advogado, isto em termos de maior suporte por parte da OAB, pois até então havia uma certa distância entre a Ordem e os próprios advogados. Era preciso se fazer mais presente nas atividades dos profissionais.

O nosso estatuto de 1994, previa a eleição para presidência com uma chapa composta por diversos advogados para ocupar respectivos cargos, assim quem vota, vota em uma chapa. Antes era diferente, o advogado interessado em ser presidente indicava seu nome e os mais votados é que iriam compondo os cargos da gestão. O novo estatuto por sua vez possibilitou que advogados mais novos de Subseções menores como a nossa conseguissem vagas no Conselho porque a própria OAB começou a regionalizar este tipo de eleição, colocando advogados de Joaçaba, de Videira, de Concórdia e outras. Esta foi a principal razão que nos levou a pleitear o cargo.

Conseguimos trabalhar em parceria com o Judiciário, conversando muito para entender quais eram as suas dificuldades. Trabalhamos em prol da união da categoria, unindo mais os advogados. Trouxemos novos cursos de aperfeiçoamento dos profissionais, utilizando bastante a parceria com a Unoesc e assim, trazendo inclusive os acadêmicos para mais perto da OAB. Em termos de espaços físicos, foi neste período que inauguramos o nosso auditório e passamos a realizar os cursos aqui na própria sede e também nosso consultório odontológico, anexo à sede, foi uma conquista daquele período. Nos reuníamos periodicamente com Subseções de Concórdia, Caçador e outros e fazíamos pleitos em comum para levar até Florianópolis, assim era mais fácil conseguir alcançar os objetivos. No meu período foi criado a Comarca de Catanduvas, dando apoio a sua criação, bem como apoio a Comarca de Herval d'Oeste, a qual apoiamos,

mas não víamos como ideal a sua constituição, afinal, ficaram dois Fôruns a menos de um quilômetro. Entendíamos que seria melhor ter aprimorado a Comarca de Joaçaba e dado mais apoio a comunidade regional do que ter duas Comarcas próximas, separadas e com uma série de problemas iniciais. Foram três anos de mandato, sem concorrer a reeleição, mas acredito que tenha sido um período bem importante dos trabalhos e bem significativo para a OAB de Joaçaba.

Entendo que a OAB é uma instituição que tem uma importância enorme na história do Brasil e também passa por uma transição, como acontece com nosso próprio país. Hoje nós não temos controle sobre as faculdades de direito no Brasil e somos o país com maior número de advogados no mundo. Inúmeras destas faculdades não oferecem nenhuma condição de realizar os cursos. Havia uma faculdade de direito que funcionava em um shopping em São Paulo atuando nas madrugadas. Nós precisamos fazer com que o advogado tenha um mínimo de condição de exercer a função, porque um mau advogado pode causar danos enormes à sociedade, e quando criticado, a crítica não vai apenas para ele, mas para toda a classe. A OAB cresceu, mas ela não é apenas um órgão representativo de uma classe de advogados, em função das suas lutas e por força da lei, ela é guardiã da Constituição e da moral pública e administrativa, da improbidade administrativa e têm por disposição legal condições de propor ações, tomar uma série de medidas contra atos que vão de encontro à exposição da constituição e de ações da administração pública.

A OAB começou a aproximar os advogados da Ordem, era preciso que os advogados conhecessem a própria instituição que o abriga, afinal,

ninguém ama o que não conhece. É aí que entra a importância das comissões internas que hoje são mais de 40, a começar pela Comissão do Jovem Advogado que o auxilia no começo da profissão, reduzindo anuidade e o fazendo conhecer suas prerrogativas no exercício profissional. As prerrogativas que na verdade não são do advogado, mas sim do seu cliente. O advogado deve ser forte e respeitado. Forte porque ele não pode aceitar intromissão no exercício da profissão, não pode se submeter embora o Juiz seja uma autoridade, há limites na autoridade e o advogado deve saber até o ponto onde ele pode trabalhar. E tem que ser respeitado, como em qualquer profissão, porque se ele não for respeitado, não vai conseguir levar a cabo suas atividades com seus clientes.

Eu sempre digo que nós temos que fazer com que o advogado aprenda a lidar com as situações da profissão, por exemplo, em todas as causas sempre tem um de um lado e outro do outro... é sempre um advogado contra o outro e nós não podemos ficar com raiva um do outro, porque cada um está ali desempenhando seu papel e defendendo o seu cliente. Não é pessoal, não é rivalidade, é sim um fator profissional.

Quando fiz o estágio na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), onde me graduei em Direito, uma das pessoas que atendi era de família de baixa renda, com caso de pai não assumir o filho, questão de pensão alimentar. Naquela época eram poucos advogados, e isto tornava a profissão mais respeitável. Enviávamos cartas convocando as pessoas para o primeiro contato. Durante este estágio enviamos uma correspondência convocando um cidadão e ele compareceu levando junto um advogado. Nós como estagiários queríamos matar aquele advogado que acompanhou o convocado... O professor nos alertou

dizendo que achou uma atitude bonita e honrosa daquele advogado se dispondo a ir debater com estagiários e assim fomos aprendendo a conviver no mercado competitivo, mas com muito respeito.

Muitas mudanças marcaram o Brasil desde 1988, ano da última Constituição. Primeiro com o Ministério Público, que antigamente era um órgão de gabinete, processos criminais, de família e hoje se tornou quase um poder independente. Destaque para a legislação do Direito do Consumidor, das Leis Ambientais, do novo Código de Processo Civil, agora de 2015, que embora ao meu juízo tenha sido totalmente desnecessário, pois um ajuste no antigo Código Civil já resolveria o problema... Mudanças de competência merecem destaque também. Só o fato de ter sido mudado a responsabilidade civil decorrente das relações de trabalho, da Justiça Comum, para a Justiça do Trabalho, explodiu o número de ações, pois a Justiça do Trabalho resolve as causas mais fáceis de forma mais ágil. E de certa forma, o Poder Judiciário abriu muito a possibilidade de demanda, mas sem ter estrutura para isto. Vejo que o Poder Judiciário foi feito para resolver aquilo que as pessoas não conseguem resolver, mas não qualquer coisinha, o problema de hoje é que as pessoas não se conversam, entram na justiça por qualquer assunto em Juizados Especiais por chamadas ações de menor complexidade... Uma pessoa que não tem nada a perder e esta sujeito a ganhar, entra na justiça para resolver as causas e é isto que sobrecarrega o Judiciário e causa uma demora nas resoluções de ações. Quando se começou a pagar indenizações por danos morais; no começo houve um exagero de ações, depois as coisas foram entrando nos seus devidos lugares, mas foi preciso o Poder Judiciário perceber e separar as ações, porque muitas eram danos

morais, outras mero aborrecimento, e começaram a dar uma segurada até as coisas entrarem nos trilhos. Entendo que o grande número de ações se deve muito a administração pública, que resolve tudo em juízo, recorre todas as vezes possíveis e não tem interesse de que certos casos sejam resolvidos com urgência.

Para mim foi orgulho muito grande ter sido presidente da Subseção. Tive irmão advogado e também presidente e isto foi meu maior motivador para seguir na carreira. Ele é 10 anos mais velho que eu e comecei a trabalhar no escritório dele atendendo clientes. Eu sempre conto uma história de que o padroeiro dos advogados é Santo Ivo; meu pai é Ivo, eu e meu irmão nos formamos advogados, eu tenho dois filhos e ele tem mais dois filhos advogados, ou seja, está na família. Sempre tivemos grandes advogados em nossa região e vimos o crescimento da nossa Subseção. A abertura do curso de Direito aqui na Unoesc de Joaçaba foi um marco. Muitos foram contra, devido a concorrência que estava abrindo no mercado, mas é importante analisar que muitas famílias não podem mandar seu filhos para fora para estudar, é importante abrir estas oportunidades. Hoje o curso é respeitadíssimo. Fui professor substituto na Unoesc também. Temos um relacionamento muito bom entre os advogados. Ao contrário do que se imagina, a OAB não protege o mau advogado, ela penaliza qualquer deslize profissional que fira nosso Código de Ética ou Código de Disciplina. Assim contamos com advogados extremamente éticos, com convivência boa, tranquila, tendo uma OAB muito bem estruturada e muitos advogados comprometidos com a instituição. Sempre digo que para fazer parte, tem que gostar. Fazer parte desta história foi sem dúvida uma grande honra para mim”.

Dr. RENATO LUIZ THOMAS

1º Gestão 2001 a 2003. 2ª Gestão 2004 a 2006

Dr. Renato Luiz Thomas entra para a história da Subseção de Joaçaba como sendo o segundo Presidente reeleito, tendo cumprido dois mandatos, nos anos de 2001 a 2003 e 2004 a 2006. Filho do Dr. Rudy Antônio Thomas, que Presidiu a OAB/Joaçaba no período de 1989 a 1991, casado com Dra. Erika Dias Cunha Thomas, também advogada, Dr. Renato formou-se no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Oeste Paulista (Presidente Prudente-SP) em 1991 e pós-graduado em Direito do Trabalho pela UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina. Iniciou carreira na OAB/Joaçaba no cargo de Vice-Presidente na gestão do Dr. Neiron Luiz de Carvalho (1998-2000) e, depois das duas gestões no cargo de Presidente exerceu o cargo de Conselheiro Estadual Titular da Seccional da OAB nos anos de 2007 a 2009.

Na primeira vez que Dr. Renato assumiu a presidência da OAB/Joaçaba o tenista Gustavo Kuerten conquistou o tricampeonato do torneio de Roland Garros, na França, e mais tarde, já em seu segundo mandato, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República e teve início da vigência do Código Civil Brasileiro atual.

“Presidi a Subseção de Joaçaba de 2001 a 2003 no primeiro mandato e depois de 2004 a 2006 no segundo mandato. Foi um período aparentemente tranquilo no Brasil tanto em fatos políticos quanto sociais. O mundo naquele momento conspirava a favor do Brasil, era um período de otimismo nacional. Durante estes dois mandatos, tivemos a criação e instalação da Comarca de Herval d’Oeste e também a criação e instalação da



Comarca de Catanduvas. Tivemos ainda a criação da Vara Criminal na Comarca de Joaçaba e isto para nós advogados foi um alento, porque desafogou um pouco a Comarca de Joaçaba e também a Comarca de Capinzal que encontrava dificuldades pela quantidade de processos, que naquele momento estava recebendo a criação da 2ª Vara.

A Comarca de Herval d’Oeste foi vista de forma muito positiva no início, mas nos tempos atuais, em razão de ser uma Comarca inicial, tem grande rotatividade de Juízes, que ao receberem uma promoção, acabam indo para outras regiões. Isto se torna dificultoso no sentido de termos um Juiz apenas, que por vezes precisa passar uma tarde toda em função de um julgamento, sendo que, se não me engano, estamos hoje em torno de 11 mil casos a serem julgados, o que torna o processo lento e dificultoso. A OAB voltou a ser mais participativa nas questões municipais e estaduais. Na minha época também tínhamos esta função bem acentuada, inclusive na própria criação da Zona Azul. Vejo ser muito importante esta participação popular. Vejo com bons olhos quando a OAB manifesta sua palavra à

comunidade, como no caso do Impeachment da Presidente Dilma; como um órgão de classe formado exclusivamente por advogados, dá a entender à população que quando a mesma se manifesta, tem como objetivo resguardar o direito tanto ao cidadão quanto da própria democracia, creio que por isto, sua opinião tem boa aceitação popular.

Exemplo disto pode ser um fato que aconteceu conosco, quando estávamos na presidência da Subseção; fomos questionados sobre a Zona Azul de Joaçaba que estava operando sem contratos. Acionamos o Ministério Público, que entrou em contato com o poder municipal e a Zona Azul foi cancelada justamente por não estar trabalhando em acordo com uma lei que regulamentasse a cobrança de estacionamento em vias públicas. Mesmo estando na presidência da OAB temos nossas atividades profissionais e pessoais, e por vezes não temos acesso a tudo que esta acontecendo em toda a comunidade, mas quando procurados, estamos sempre disponíveis para mostrar a todos a verdadeira função da Ordem, como implantamos a OAB na Escola, projeto nacional que trouxemos para

Joaçaba também, trabalhando noções de cidadania. A campanha estadual “Voto não tem Preço, tem Consequência”, levamos para bairros, comunidades e até mesmo na Igreja a convite do padre para trabalhar a conscientização do cidadão. Então mostramos que somos mais do que uma entidade de classe, mas sim um órgão ativo da sociedade onde estamos inseridos. Quem escolhe esta profissão

deve ter consciência da sua função social, cumprimento das leis, direitos e deveres do cidadão e não apenas a defesa do seu cliente em algum caso específico.

Completo 25 anos de profissão nos exatos 45 anos da OAB, onde ocupei cargo de vice-presidente, depois presidente e também conselheiro estadual, o que somados, chegam a 12 anos de atividade em prol da Ordem,

metade da minha carreira profissional, então com toda certeza valorizo muito este órgão, que é mais do que um encontro de classe, é sim um órgão que está diretamente ligado a defesa da Constituição Brasileira e também órgão regulamentador que, se necessário, pode cortar na própria carne quando um advogado não cumpre com seu dever ético perante a profissão ou a comunidade”.

Dr. ILDO PORTZ

Gestão 2007 a 2009

A gestão do período de 2007 a 2009 ficou a cargo do Presidente Dr. Ildo Portz, advogado, natural de Estrela-RS, que formou-se em Direito em 1987 pela Faculdade de Direito de Santa Cruz do Sul - atual UNISC. Com especializações em diversos ramos, destaca-se no Direito Processual Penal e Tributário, além da diplomação pela Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina. Na OAB/Joaçaba, exerceu diversos cargos como Tesoureiro, Conselheiro até chegar à presidência em 2007. Atualmente exerce o cargo de Conselheiro no Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SC.

Reporta como destaque de sua gestão à frente da Subseção a aquisição de imóvel rural para a edificação de sede campestre para os advogados da região. A história do Brasil no início da gestão presidida por Dr. Ildo Portz foi marcada pela escolha do Cristo Redentor como uma das novas Sete Maravilhas do Mundo e do Brasil, pela FIFA, para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014, ano que também ocorreu a primeira transmissão oficial de TV digital no Brasil. Na política, o senador Renan



Calheiros renunciou o cargo de Presidente do Senado Federal por conta de denúncias de corrupção, que acabou sendo absolvido mais tarde. Da sua passagem pela presidência da OAB, menciona:

“Comecei a advogar em 1988 e viajavamos a região toda pois não havia profissionais em grande número como hoje. Além disso, em minha época os fatos de destaque eram a crise econômica mundial, escândalos políticos, gripe suína e os problemas climáticos como enchentes em Santa Catarina. As inovações tecnológicas começavam a fazer parte da vida das

pessoas e tudo começava a ficar mais ágil, principalmente as informações e os processos. Marcaram a minha presidência a grande integração entre os advogados, o término das disputas entre os próprios advogados, as boas festas de confraternização, a aquisição de um terreno para construção da sede campestre da OAB e o grande prestígio que a Subseção teve por parte da presidência da OAB estadual, cujo presidente compareceu por quatro vezes aqui em Joaçaba durante o meu mandato. A participação da OAB na discussão sobre a Lei da Acessibilidade e a participação em eventos públicos é algo que considero de muita

importância também neste processo de proximidade com a comunidade.

A OAB nesse período sempre primou por ser uma entidade apartidária e buscando o melhor para o profissional. Atualmente o número de advogados aumentou consideravelmente, cerca de nove anos atrás eram 200 profissionais e hoje

passam dos 500. Acredito que isso tenha sido um grande diferencial e fator que deve fazer com que se procure soluções para viabilizar a profissão, mas não vejo esta busca de viabilidade ocorrer a nível nacional. A Subseção da OAB de Joaçaba é a terceira mais antiga do Estado, isso demonstra que Joaçaba, há 45 anos tinha muito mais

importância no cenário catarinense do que tem nos dias atuais. Se no passado tínhamos apenas Joinville e Florianópolis com outras Subseções, imagine o prestígio na nossa cidade? Algo que hoje não temos mais e é isso que a OAB busca resgatar; a importância da nossa cidade no contexto regional”.

Dr. CLÓVIS DAL CORTIVO

Gestão 2010 a 2012

A partir do ano 2010 até o final de 2012, a Subseção da OAB/Joaçaba foi conduzida por Dr. Clóvis Dal Cortivo, advogado inscrito na OAB/SC sob o nº 8715. Formado inicialmente no curso de Administração de Empresas da UNOESC/Joaçaba, turma de 1985, emendou estudos no curso de Direito da mesma Instituição de Ensino, formando-se numa das primeiras turmas deste Curso na UNOESC/Joaçaba (1992) e que atualmente é responsável pela formação da imensa maioria da advocacia regional. Na OAB, além da presidência da subseção de Joaçaba exerceu também o cargo de Conselheiro na 3ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina na gestão de 2013/2015.

Dr. Clóvis toma posse numa época em que a história do ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva vira filme (Lula – O Filho do Brasil), e a “Lei do Inquilinato” tem nova versão, bem como entra em vigor o Estatuto do Torcedor. No esporte, comemorava-se o centenário do Sport Club Corinthians Paulista e agora com a democracia consolidada no País a eleição presidencial levou Dilma Vana Rousseff à Presidência da República, enquanto o País passou a ter ondas de atos de violência



organizada, com incêndios em carros e ônibus. Sobre a advocacia e OAB conta:

“Presidi a OAB entre 2010 e 2012. Era um período de esperança nos bons resultados em relação a todos aqueles investimentos de preparação para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas 2016. Seriam grandes investimentos, grandes eventos e tinha-se naquela época um grande motivador porque parecia que finalmente o Brasil figurava entre os grandes. Mas ali por 2012 já começaram os problemas e começou-se a perceber que não haveria dinheiro para fazer tudo aquilo que se tinha proposto e a

satisfação popular começou a decair.

Quando eu assumi a presidência da subseção aqui, não tínhamos uma participação muito efetiva nos problemas da comunidade em geral, pelo menos na minha percepção. Qual foi o método adotado? Começamos a indicar membros da OAB para ocupar cargos dentro dos conselhos municipais, eu mesmo ocupei um destes cargos. Começamos a criar comissões que hoje estão em pleno funcionamento, os esboços destas estruturas, começamos a montar em 2012. Neste ano tivemos novamente ações das Comissões com participação

da OAB que levou até a comunidade não apenas serviços, mas participação efetiva nos problemas enfrentados pela nossa sociedade.

Todos os advogados da Subseção independente da cidade onde estão radicados acabam participando. São 14 municípios abrangidos. As Comissões se envolvem em todos os assuntos, por exemplo; um assunto recente e muito discutido na atualidade é o projeto de acessibilidade para as cidades. A OAB está trazendo para a comunidade informações com base em análises na legislação para informar sobre o que pode e o que não pode ser feito. Existe a comissão da mulher, de defesa dos animais e tantos outros, nem sei dizer quantas comissões existem hoje na atual diretoria, mas sei que são inúmeras e muito importantes para toda nossa comunidade.

Há aproximadamente dois anos tivemos o caso do aumento do IPTU em Herval d'Oeste. A OAB fez uma análise e apresentou um parecer sobre a legalidade daquele aumento. Sempre que surge uma questão polêmica de interesse público, a OAB é solicitada a participar e emitir seu parecer. É preciso ter cuidado, é preciso ser muito ponderado, afinal, em todas as situações existem os favoráveis e os contrários, por isto é preciso analisar e apresentar pareceres legais, dentro do que prevê a legislação. São vários os assuntos em que a OAB se manifesta, quando envolve questões – não de caráter pessoal de um determinado cidadão – mas quando envolve a coletividade. A OAB é uma entidade de muita credibilidade no Brasil. Óbvio, a função de julgar e fazer justiça pertence ao Judiciário, mas a OAB sempre se manifesta mostrando seu posicionamento diante de determinada situação.

Mudanças na lei são uma

constante no Brasil, neste ano a alteração no Código do Processo Civil é a mais significativa. No meu mandato não houve grandes alterações de impacto a nível nacional. As principais alterações neste sentido aconteceram mesmo dentro da Subseção no que se refere à estrutura da própria OAB. Nossa diretoria entendia que a quantidade de advogados que estava ingressando na OAB era bastante significativa. Eu fui o primeiro presidente eleito e junto comigo toda a diretoria, de advogados formados aqui na Unoesc de Joaçaba. Isto é bastante significativo. Neste período começamos uma transição também dos arquivos físicos para os eletrônicos e assim aproveitamos para equipar as salas com internet e equipamentos de digitalização de documentos. Procuramos criar estas estruturas para advogados que não dispunham destes equipamentos em seus próprios escritórios. Nosso espaço físico era subutilizado, como a sala de reuniões e o gabinete do presidente e secretaria. Foi entre 2010 e 2012 que estas modificações estruturais foram feitas porque percebíamos que as mudanças seriam grandes, e de fato, foram. Hoje, é impossível um advogado que desconhece processos de informática, advogar. Não é uma crítica, mas vejo que o mesmo acontece com o Judiciário, que pode ter se atualizado, se modernizado, mas enquanto não reformar a questão humana os problemas com demora de julgamentos irão continuar. São 8, 9, até 20 mil processos para ser analisado por um único Juiz. Ele pode ter assessores, mas no final passa tudo por suas análises e é humanamente impossível agilidade neste sentido. Na outra ponta da corda fica o cidadão, indignado pelo fato da demora nos julgamentos de suas causas. Por isto algumas causas levam 10 anos para serem julgadas. Neste caso, o cidadão pode estar aguardando um direito seu, uma indenização e quando o caso é

julgado já nem faz mais sentido para o beneficiado. Hoje o cidadão tem acesso tanto à informação quanto a justiça. Uma solução é o Juizado Especial, onde o cidadão pode buscar seus direitos para pequenas causas e ter uma resolatividade mais rápida. O Juizado Especial propõe um acesso à Justiça para todos os cidadãos.

Durante o período em que presidi a OAB, nós comemoramos os 40 anos. Eu entendia que era necessário fazer uma homenagem aos advogados que presidiram nossa Subseção, afinal, somos a terceira do Estado e sempre bastante respeitada. Há 40 anos Joaçaba era um exponencial em Santa Catarina e no Brasil e mesmo em meio ao Regime Militar, foi conseguido criar uma Subseção da Ordem aqui na cidade. Aproveitamos a oportunidade para fazer a solenidade de entrega das carteiras para os novos advogados, algo que não vinha sendo feito até então em nossa Subseção e eu particularmente entendia que isto seria um desrespeito ao nosso estatuto, que prevê a necessidade de juramento do advogado e também receber as boas vindas da Ordem. Convidamos inclusive advogados que já tinham recebido sua carteira – sem solenidade – para participarem do evento e eles aceitaram. Conseguimos realizar um evento que a partir de então se tornou praxe, a cada entrega de carteiras da Ordem, temos auditório lotado, com familiares e quem está entrando, já tem conhecimento da existência desta solenidade.

Nos envolvemos com Conselhos Municipais, criamos alguns outros Conselhos, nos aproximamos cada vez mais da Unoesc, com o curso de Direito, participando de eventos, debatendo com alunos e trocando informações sobre as áreas que ele pode seguir após a sua formatura, seja advogar, seja concurso público ou mesmo a magistratura”.

Dr. JERRI JOSÉ BRANCHER JÚNIOR

Gestão 2013 a 2015

Filho do Dr. Jerri José Brancher, que presidiu a Subseção de Joaçaba no período de 1985 a 1987, Dr. Jerri José Brancher Júnior, presidiu a OAB/Joaçaba no período de 2013 a 2015.

Dr. Jerri Brancher Júnior assume a Subseção juntamente com a aprovação no Senado Federal do Brasil, por unanimidade, da proposta de ampliação dos direitos das empregadas domésticas e no início das manifestações públicas, cuja motivação inicial foi contra o aumento das tarifas de transporte público e tomou proporções em todo o país convertendo-se em outras motivações como contra a corrupção que, em 2016 influenciou no processo de afastamento e impedimento da Presidente da República Dilma Rousseff. Sobre sua passagem na presidência da Subseção, relata:

“Meu período de presidência da OAB foi o último triênio antes da atual gestão (2013 a 2015). Lembro-me de um assunto muito ligado a OAB, neste período, que foi o pagamento feito pelo governo em relação a dívida do Estado junto com a Ordem. Desde a criação da Defensoria Pública, este valor estava pendente junto ao Estado. Havia advogados com até 10 anos sem receber. Então profissionais que apenas trabalhavam na Defensoria Pública estavam com sérias dificuldades financeiras, por virem recebendo de forma fracionada e a menor. No dia da aprovação onde o governador bateu o martelo, estávamos em um Colégio de Presidentes em Treze Tílias e foi anunciado aqui na nossa Subseção para todo o Estado este grande feito. A dívida na época ultrapassava os 100 milhões de Reais.



Na minha gestão demos ênfase às Comissões, começando a colocar ordem dentro das instituições, como Prefeitura e Conselhos Comunitários. Foi neste mandato que começamos a realizar o Evento na Praça levando os advogados para mais perto da comunidade, fazendo-os participar mais ativamente das comissões. Elas existiam antes de mim, mas não tinham decolado e nossa gestão cuidou para que elas se tornassem uma realidade. Trabalhamos ativamente no problema de Herval d'Oeste no caso dos aumentos do IPTU, posicionando a OAB e fazendo valer o seu papel. Creio que nossa diretoria conseguiu cumprir com esta missão; criar um movimento que fizesse a OAB interagir com o público. O Dr. Clóvis plantou, eu adubei e o Dr. Eleandro já começa a colher os frutos. Talvez o resultado do trabalho tenha sido conseguido um consenso de chapa única para eleição do Dr. Eleandro. Algo que muitos advogados antes achavam que era impossível acontecer, mas o respaldo dos trabalhos proporcionou isto.

Tivemos uma mudança muito grande no governo federal. Foi no meu mandato que houve as manifestações nas ruas e uma participação efetiva da população na política federal. A OAB não se manifestou, não se posicionou, ficou com o papel de garantir que o cidadão fosse respeitado nas suas solicitações. Hoje esta visão mudou. A Presidência Nacional da OAB tem um discurso mais voltado ao posicionamento, tanto que a Ordem solicitou o impeachment da presidente Dilma. Não me cabe aqui julgar o fato, mas ter se manifestado, se posicionado, já é sinal de mudança de conceito.

Uma pesquisa de confiabilidade foi feita na gestão passada sobre as entidades de classe do Brasil com maior aceitação e credibilidade popular, entrando aqui Magistratura, Ministério Público e outros e, a OAB ficou com mais de 70% de confiança popular. Partiu daí também o projeto de levar a Ordem para as ruas e participar mais ativamente da vida da comunidade. A Ordem historicamente tem um caminho traçado

de vanguarda. Na época da Ditadura, ela foi a válvula de escape de tudo. Creio que isto tenha sido perdido numa fase de nossa história e hoje está se retomando este conceito. Socialmente, com aquele movimento “Vem Pra Rua Brasil”, e o que percebemos de lá pra cá, vemos a grande mudança de participação.

Regionalmente, sentíamos este incômodo da sociedade, com a política, com tudo, mas não tínhamos um catalizador, era um fenômeno novo e aprendemos muito com ele, que por sua vez, gerou muitos resultados. Dentro da OAB partiu uma ideia aqui da nossa Subseção de fazer uma pesquisa com os advogados em relação ao Poder Judiciário. Hoje esta ideia é encampada em todo o Estado. Todo nosso projeto piloto foi implantando em Santa Catarina. Joaçaba tem a terceira Subseção do Estado. Isto é importante, porque até em encontros da classe, todos ficam impressionados com a expressão que Joaçaba tem em Santa Catarina. Isto deve-se ao tempo de atividade, às nossas lideranças, como o Dr. Jaire Formigheri, que foi um dos primeiros Conselheiros do Estado - digo da minha geração, para não cometer uma gafe – Dr. Osmar de Marco, Dr. Neiron, que foi Conselheiro Estadual duas ou três vezes, chegando a ser uma referência no estado devido ao seu perfil de liderança. Quando assumi a presidência da Ordem busquei conselhos com ele e

acredito ser meio que uma praxe, pois creio que os outros também fizeram o mesmo.

Fui presidente em um período recente. Sempre entendi que o Poder Jurídico rege toda nossa comunidade, a partir do momento em que o Legislativo faz a lei e o Executivo a sanciona, passa a ser uma ordem para a sociedade, por isto em todo ano de eleições é muito importante prestar atenção em quem votar, porque dali se dão as diretrizes que vão gerir nossas vidas, seja municipal, estadual ou nacional. Para analisar o impacto de uma lei podemos usar como exemplo a Lei Maria da Penha, uma lei moderna que veio para tentar acabar ou minimizar com a violência doméstica contra a mulher. É prova de lei que se moderniza conforme necessidade da sociedade. Este ano tivemos mudança no Código de Processo Civil, um código de três ou quatro décadas e que com a mudança tornou-se semelhante, mas completamente diferente. A lei é um regramento, é a regra do jogo. O que um advogado faz? Dentro do seu regramento jurídico conduz a defesa ou tutela do seu cliente. Um professor que tive dizia; “é bom ser Juiz, mas Juiz não joga. Quem joga é o advogado, é ele quem interpreta as leis, quem opera o direito... ele é o primeiro a receber a questão, ele estuda, ele busca soluções... é uma ciência que não é exata. Meu pai foi advogado e foi presidente da OAB e

também sempre dizia; “2 mais 2 podem ser 4”. Dizia que advocacia não é comprar a limonada pronta, você tem apenas os limões e a limonada você precisa aprender a fazer”.

É um orgulho ímpar ter sido presidente da OAB, agradeço as pessoas que caminharam para dentro da Ordem neste período. Gosto da Ordem e tenho certeza que quem já foi presidente vai concordar comigo, que apenas sendo presidente para saber a grandeza da instituição. Em todo o Estado e mesmo no Brasil, dentro da nossa realidade, somos uma das Ordens mais organizadas do país. Um agradecimento especial que faço é para os membros que caminharam comigo, meu vice-presidente Silvério Baldissera, grande apoiador, já era meu amigo mas irmanamos ainda mais após nossa presidência. Meu tesoureiro Eleandro Brustolin que aceitou minha indicação para depois vir a ser presidente também. secretária geral Dra. Elisângela Schaitel e secretária adjunta Dra. Kelly Alves dos Santos Schacht, um quarteto que se doou, porque você é muito cobrado, você faz de coração, mas o que fica são as amizades e as conquistas. No dia que me elegi dei uma entrevista na rádio e no mesmo dia percebi o tamanho do respaldo da Ordem junto a comunidade. Quero o melhor para a Ordem e estarei sempre acompanhando e incentivando os seus trabalhos”.



SUBSEÇÃO DE JOAÇABA

OAB em Ação, Joaçaba, 2016



Fotos e Fatos Históricos



Homenageada, Vera Copetti, Avelino Primo com Maria de Lourdes e o Presidente do Tribunal de Ética da OAB, Neiron Luiz de Carvalho



Presidente da OAB-Subseção Joaçaba, Renato Thomas (2001-2003 / 2004-2006) e a advogada Erika



Debate Jurídico - OAB 2006



Debate Jurídico - OAB 2006



Presidente da OAB subseção - Joaçaba Renato Thomas (2001-2003 / 2004-2006) e o Juiz Maycon Favaretto



Presidente da OAB- Videira, Dr. Francisco Melnik Vivas Fernandes e Marcia Locatelli



Presidente da OAB-Joaçaba, Ildo Portz (2001-2009) e sua esposa Clarice



Presidente do Tribunal que esteve Governador, Pedro Abreu e o Presidente licenciado da OAB para concorrer a uma vaga na Câmara Federal, Adriano Zanotto



Presidente da OAB-Licenciado para buscar um assento no Parlamento, Adriano Zanotto e o Presidente do Tribunal de ética Neiron Carvalho





























Joaçaba, 06 de Abril de 2007

SOCIEDADE



Jornal O Sol



Caroline e dr. Alexandre Traiczuk



Advogadas Jane Bulgarelli e Alexandre Traiczuk (Delegado da CAASC)



Ex e atual Presidente da OAB, Renato Thomas e Rido Portz



Dr. Rido Portz e Clarisse



Dr. Renato Kadletz e dr. Marco Sbisso

ADVOGADO ILDO PORTZ TOMA POSSE NA PRESIDÊNCIA DA OAB

No biênio 2007-2009, Ildo Portz comandará a Subseção da Grande Joaçaba. A cerimônia de posse da diretoria eleita, coordenada pelos advogados Celso Felipe Bordin e Maristela Freiberger, realizada em 30 de março, lotou os salões do Clube 10 de Maio e contou com a presença do deputado Jorginho Mello, (representante de Governador Luiz Henrique), do Desembargador João Eduardo Varela, do presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, Renato Kadletz, do presidente da OAB-Prev SC, Marco Antônio Sbisso, do conselho Federal Anacleto Canan que na oportunidade representou o presidente estadual Paulo Borba, de Jorge Dresch, secretário de desenvolvimento regional, além de autoridades regionais civis e militares.

Na ocasião, foi feita uma homenagem (enfatizando) todos os ex-presidentes da Subseção e Ildo aproveitou a oportunidade para ressaltar a importância do advogado no processo de humanização do país, parente de todo o tipo de justiça. Mas o discurso que mais chamou a atenção dos presentes foi o do ex-presidente, Renato Thomas que demonstrou claramente a antipatia existente entre a classe e alguns representantes do Ministério Público e ressaltou a importância da defesa intransigente das prerrogativas profissionais.

Advogada Jane Bulgarelli entregou de fato e de direito, a Delegacia da CAASC para o advogado Alexandre Traiczuk. Advogada Erica Thomas deu as boas vindas e entregou flores para Clarisse Portz, esposa do novo presidente.

Na sequência houve um *petty-commitê* e muito som...



Mestres de cerimônia, advogadas Maristela Freiberger e Felipe Bordin



Dr. Edemar Gruber, Juiz Diretor da Fórum, Desembargador João Eduardo Varela e os Magistrados Leozé Carlos Martins Júnior e Maycon Rangel Favaretto.



Desembargador João Eduardo Varela, Deputado Jorginho Mello, Secretário Jorge Dresch, Dr. Renato Kadletz (CAASC) e o presidente da OAB- Joaçaba, Ildo Portz.

POSSE DA NOVA DIRETORIA DA OAB



JUIZ DE DIREITO, EDEMAR GRUBER E A ESPOSA NILCÉIA



RENATO THOMAS E ILDO PORTZ



JANE BULGARELLI; RENATO KADLETZ, PRESIDENTE DA CAASC
E FABIANE WESOLOSKI, DELEGADA ADJUNTA DA CAASC



ALEXANDRE TRAICZUK E CAROLINE TRAICZUK



MAURO HENRIQUE MORESCO; FRANCISCO FERNANDES, PRESIDENTE DA OAB DE VIDEIRA E ILDO PORTZ

OAB-SC JUBILA OS PRIMEIROS ADVOGADOS DA SECCIONAL DE JOAÇABA



Às 20:00 horas da última sexta-feira, 23/11, no 5º andar do edifício Itamarati, na sede completamente lotada, da seccional da OAB em Joaçaba, aconteceu a Sessão Solene de Jubilamento dos Advogados Délcio Guerreiro, Ivaldo dos Santos, Willy Fabro (Joaçaba) e Dr. Honório Luiz Bernardi, de Concórdia. Momento inédito para a OAB-SC.

A mesa de honra presidida por Paulo Roberto de Borba, advogado presidente da OAB - Santa Catarina, esteve composta pelas seguintes autoridades:



Dr. Renato Kadletz, presidente da Caixa de Assistência dos Advogados SC; que ao lado do delegado, dr Alexandre Traiczuck, na oportunidade inaugurou mais um gabinete odontológico; Dr. Ildo Portz, o presidente da Subseção que inclusive falou sobre a conduta e jeito de advogar de cada um dos agraciados; dr. Ivaldo sempre foi o benemérito da categoria... Dr. Crithian De Marco, Vice-Presidente da Seccional; Dr. Paulo Brinca, Vice-Presidente da OAB-SC;

Dr. Renato Thomaz, Conselheiro Estadual; Dr. Edemar Gruber, Juiz Diretor do Fórum da Comarca; Dr. Neiron Luiz de Carvalho, Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina; Dr. Marco Mendes Sbissa, Presidente da OAB-CRED; Dr. José Carlos Damo - Diretor Tesoureiro da OAB-SC;



Dr. Jefferson Kravchichin, Conselheiro Federal da OAB; JUBILAMENTO é uma Homenagem prestada pela Seccional Catarinense para advogados que tenham completado 45 ANOS ou mais de exercício profissional, 70 de idade e que tenham contribuído por 20 anos contínuos para com a OAB...

Uma significativa participação no engrandecimento e dignificação da advocacia, dados ao longo do exercício de sua atividade profissional. O advogado Délcio Guerreiro falou em nome dos Homenageados. Na sequência, dr. Ildo Portz, presidente da Seccional ao lado de sua Clarisse e diretoria, recepcionaram os presentes para requintado coquetel, realizado na cobertura do próprio edifício.



Arquivo particular Dr. Luiz Euzébio Maliska - gestão 1995 a 1997.



Arquivo particular Dr. Luiz Euzébio Maliska - gestão 1995 a 1997.



Arquivo particular Dr. Luiz Euzébio
Maliska - gestão 1995 a 1997.



Arquivo particular Dr. Luiz Euzébio
Maliska - gestão 1995 a 1997.



Arquivo particular Dr. Luiz Euzébio
Maliska - gestão 1995 a 1997.



Arquivo particular Dr. Luiz Euzébio
Maliska - gestão 1995 a 1997.











Galeria de imagens 2016



















Eleandro Roberto Brustolin.
Presidente OAB Subseção 3 - Joaçaba SC
Gestão 2016-2018



2 0 1 6

